



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – APS

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31/12/2025**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2025**

Aos Acionistas, Conselheiros(as) e Administradores da

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – APS

CNPJ/MF.: 44.837.524/0001-07

Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/nº - Bairro Macuco - CEP: 11015-900 – Santos – SP

Prezados(as) Senhores(as),

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – APS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – APS**, em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a **APS - SANTOS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfases

3.1. Convênio de Descentralização

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que conforme Nota Explicativa nº 1 “a”: *A UNIÃO, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), e a Companhia, considerando o disposto no art. 12º, alínea “f”, da Portaria MPOR nº 567, de 26 de novembro de 2024, e o que consta no Processo SEI nº 50020.008663/2024-98, celebraram o Convênio de Descentralização nº 002/2024, tendo como objeto a descentralização da administração e exploração do Porto Organizado de Itajaí à Companhia, que exercerá a administração e exploração daquele Porto e as funções de autoridade portuária, descritas no art. 17, da Lei nº 12.815, de 2013. O Convênio de Descentralização terá vigência de 1 (um) ano contado a partir de 02 de janeiro de 2025. Este Convênio teve seu encerramento em 02/01/2026 através do Convênio de Descentralização nº*

001/2025 do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) que transferiu a administração e exploração do Porto Organizado de Itajaí para a Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA.

3.2. Tabela Tarifária

Enfatizamos que conforme Nota Explicativa nº 1 “b”: *A partir de 01/04/2022, foram alterados os parâmetros da cobrança da estrutura tarifária. Em 20/04/2022, a Companhia foi obrigada a interromper a vigência da Tabela I dessa estrutura tarifária para os associados de entidade de classe que obteve liminar judicial para suspender a cobrança.*

Nesse contexto, a Companhia acionou o judiciário e foi concedida liminar, através da 1ª Vara Federal de Santos, para que os associados da entidade depositem em juízo a diferença entre os valores referente à Tabela I, da estrutura tarifária atualmente vigente e a cobrada até 31/03/2022. O montante dos depósitos judiciais em 31/12/2025 é de R\$ 451.252.

Quanto à Tabela III – Infraestrutura Operacional ou Terrestre, em cumprimento ao Acórdão nº 559/2025 da ANTAQ, foi aplicado desconto tarifário aos usuários do Porto de Santos, com efeitos retroativos a outubro de 2025, vigorando até a conclusão da Revisão Tarifária Extraordinária, em trâmite no âmbito do Processo nº 50300.020891/2024-90.

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que os desdobramentos dos processos relacionados aos parâmetros da cobrança da estrutura tarifária ainda estão em fase judicial, e, até a presente data, não foi possível estimar os eventuais efeitos que poderão decorrer dessas decisões nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.3. Contratos de arrendamento – reequilíbrio econômico-financeiro

Enfatizamos que conforme Nota Explicativa nº 1 “c”: *A Companhia tomou conhecimento dos acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de reequilíbrios econômico-financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, e se manifestou através de Ofícios endereçados à Secretaria Nacional dos Portos –SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise conforme detalhado a seguir:*

- *T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES/31.98 – Acórdão 625-2022;*
- *ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES/41.97 – Acórdão 651-2022;*

Em relação ao Acórdão 301-2022/ANTAQ referente ao contrato de arrendamento PRES/28.98 celebrado com Ecoporto Santos S.A. o mesmo foi encerrado em 12/06/2023, com a evolução dos fatos abaixo discriminados:

Conforme despacho decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 12/06/2023, do Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, foi deferido de ofício, medida cautelar para suspender por 180 dias o encerramento da vigência do Contrato de Arrendamento PRES/028.98, de titularidade da arrendatária ECOPORTO SANTOS S.A, e as Portarias DIPRE 209.2023, de 01/12/2023 e 084.2025, de 05/06/2025, do Diretor-Presidente da Companhia, prorrogaram por 180 dias a medida cautelar. Em 02/12/2025, foi celebrado com a Ecoporto o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/11.2025, com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias. Em 29/05/2025 foi assinado o contrato de transição DIPRE-DINEG/11.2025 com prazo de vigência de 1 (um) ano contado a partir de 31/05/2025, ou até que se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro.

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que os desdobramentos dos processos relacionados aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e à situação contratual do arrendamento com a

Ecoporto Santos S.A. ainda estão em fase de análise pelos órgãos competentes, e, até a presente data, não foi possível estimar os eventuais efeitos que poderão decorrer dessas decisões nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.4. Projeto Túnel Imerso Santos–Guarujá

Conforme Nota Explicativa nº 1, item “d”, destacamos que “O projeto do Túnel Imerso Santos–Guarujá, qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), será executado por meio de Parceria Público-Privada (PPP). Em 5 de setembro de 2025, o Grupo português Mota-Engil Latam Portugal venceu o leilão efetuado na Bolsa de Valores de São Paulo ao oferecer desconto de 0,5% sobre a contraprestação pública máxima anual. A empresa será responsável pela construção, operação e manutenção do túnel pelo prazo de 30 (trinta) anos, com investimento estimado em 6,8 bilhões de reais (data base: março/2025). O financiamento do projeto será com a participação do Governo Federal, por meio da Autoridade Portuária de Santos S/A e do Governo do Estado de São Paulo, que investirão, em conjunto 5,14 bilhões de reais, divididos de forma igualitária. O valor complementar será de responsabilidade do grupo vencedor.”

Ressaltamos que o projeto possui relevância estratégica e potencial impacto econômico-financeiro para a Companhia, especialmente no que se refere à estrutura de investimentos, obrigações contratuais e futuras contabilizações relacionadas à PPP, cujos desdobramentos estão em fase de contratação e assinatura do contrato.

3.5. Eventos Subsequentes

Conforme descrito na Nota 34, em 28 de janeiro e 09 de fevereiro de 2026 ocorreram eventos subsequentes relevantes relacionados, respectivamente, à assinatura do contrato de Parceria Público-Privada para implantação do Túnel Imerso Santos–Guarujá e à ampliação da poligonal do Porto Organizado de Santos.

Tais eventos não modificam nossa opinião, mas são considerados relevantes para a adequada compreensão das demonstrações contábeis, em razão de sua natureza estratégica, dos montantes envolvidos e dos potenciais impactos patrimoniais e operacionais de médio e longo prazo para a Autoridade Portuária de Santos S/A.

4. Principais Assuntos de Auditoria

4.1. Plano de Pensão e Benefício

Conforme Nota Explicativa nº 15.2.1.2: *Em 28/02/2025 foi celebrado com o Instituto de Seguridade Social - PORTUS e a APS o Termo de composição e ajuste da dívida com a extinção dos processos judiciais abaixo:*

Processo	Distribuição	Natureza
0011858-68.2014.4.02.5101	8ª Vara Federal	Contribuições
5075863-04.2020.4.02.5101	23ª Vara Federal	Contribuições
0506373-93.2015.4.02.5101	17ª Vara Federal	Reserva de Tempo Serviço

O TCD foi precedido de negociação envolvendo Ministério de Portos e Aeroportos, Advocacia Geral da União, Instituto de Seguridade Social - PORTUS e Patrocinadoras com posterior assinatura de Termo de Conciliação na Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal, para um acordo global financeiro com atribuição de valor distinto para cada patrocinadora em função

dos valores reivindicados pelo PORTUS nas respectivas ações propostas contra cada uma das patrocinadoras. O valor atribuído à APS no Termo de Conciliação nº 00001/2025/CCAF/CGU/AGU foi de R\$ 300.000, atualizado monetariamente a partir de 01/04/2025, com a extinção dos processos judiciais acima referenciados propostos pelo PORTUS. O valor será pago em 12 anos com atualização monetária pela variação do INPC e taxa de juros anual de 4,71%.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela Companhia, por meio do auxílio de nossos especialistas atuariais, avaliamos a metodologia utilizada para mensuração da obrigação decorrente do Termo de Composição e Ajuste da Dívida (TCD), bem como a consistência das premissas econômicas e financeiras aplicadas.

Analizamos o Termo de Conciliação e o TCD celebrados com o PORTUS, avaliando seus principais termos financeiros, tratamento contábil adotado, incluindo a mensuração da obrigação a valor presente e a classificação entre circulante e não circulante e testamos os cálculos elaborados pela Administração, incluindo atualização monetária e encargos financeiros;

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que o reconhecimento, mensuração e divulgação da obrigação estão adequados, em todos os aspectos relevantes, às práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Outros assuntos

5.1. Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5.2. Auditoria das Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 12 de fevereiro de 2025, sem modificação de opinião, contendo quatro ênfases.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis Intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a APS - SANTOS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a APS - SANTOS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da APS - SANTOS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **APS - SANTOS**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **APS - SANTOS** a não mais se manter em continuidade operacional.

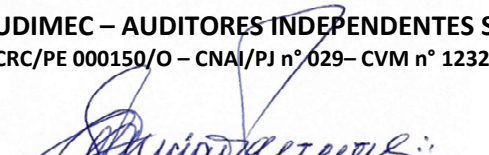
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 26 de fevereiro de 2026.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029– CVM nº 12327



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9

Sócio – CNAI 1592



Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8

Sócio - CNAI 4850

BALANÇO PATRIMONIAL
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		<u>4.218.514</u>	<u>3.615.760</u>	Circulante		<u>672.724</u>	<u>683.304</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	3.873.384	3.334.438	Benefícios a empregados	15	144.854	148.128
Contas a receber de clientes, líquidas	6	124.252	65.532	Fornecedores e prestadores de serviços.....	16	39.472	34.871
Direitos contratuais de arrendamentos - Outorgas...	7	213.850	177.172	Impostos e contribuições	17	78.612	31.494
Créditos tributários.....	8	200	35.278	Juros sobre capital próprio e dividendos.....	24.3	172.096	200.586
Estoques.....	-	1.224	503	Obras efetuadas por arrendatários	18	26.231	25.144
Outros créditos.....	11	5.604	2.837	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19	64.683	131.957
				Termo de composição de dívida - TCD.....	15.2.1.2	25.914	-
				Termo de ajustamento de conduta - TAC.....	20	22.566	22.756
				Receita diferida.....	22	62.745	62.919
				Outras obrigações	21	35.551	25.449
Não Circulante		<u>2.400.416</u>	<u>2.371.987</u>	Não Circulante		<u>2.775.970</u>	<u>2.237.461</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>380.881</u>	<u>625.416</u>	Benefícios a empregados	15	828.423	530.487
Direitos contratuais de arrendamentos - Outorgas...	7	108.057	329.255	Obras efetuadas por arrendatários	18	2.186	27.239
Créditos tributários.....	8	9.417	8.695	Termo de composição de dívida - TCD.....	15.2.1.2	265.622	-
Depósitos judiciais	10	92.034	157.962	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19	264.906	202.405
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	32.1	145.272	128.930	Termo de ajustamento de conduta - TAC.....	20	46.755	51.041
Partes relacionadas.....	9	-	107	Receita diferida.....	22	1.363.544	1.426.289
Outros créditos.....	11	26.101	467	Outras obrigações	21	4.534	-
				Patrimônio Líquido		<u>3.170.236</u>	<u>3.066.982</u>
				Capital social.....	24.1	1.390.448	1.207.276
				Reserva legal.....	24.2	154.556	118.325
Imobilizado	12	2.012.336	1.740.440	Reserva de retenção de lucros	24.4	1.731.438	1.088.951
Intangível	13	7.199	6.131	Dividendos adicionais propostos.....	24.4	-	366.345
				Outros resultados abrangentes	24.5	(106.206)	286.085
TOTAL DO ATIVO		<u>6.618.930</u>	<u>5.987.747</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>6.618.930</u>	<u>5.987.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
em milhares de reais, exceto o lucro por ação

DETALHE		2025	2024
Receita líquida	26	1.933.445	1.644.560
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	27	(512.424)	(437.927)
Lucro bruto		1.421.021	1.206.633
Outras receitas (despesas) operacionais		(661.808)	(150.588)
Despesas administrativas e gerais	28	(882.267)	(232.331)
Outras receitas operacionais	29	262.574	132.913
Outras despesas operacionais	30	(42.115)	(51.170)
Resultado operacional		759.213	1.056.045
Resultado financeiro		431.831	241.948
Receitas financeiras	31	528.927	310.564
Despesas financeiras	31	(97.096)	(68.616)
Resultado antes dos tributos		1.191.044	1.297.993
Imposto de renda e Contribuição Social		(423.098)	(402.500)
Corrente	32.2	(439.440)	(362.951)
Diferido.....	32.2	16.342	(39.549)
Participação nos lucros.....	15.1.1	(43.332)	(50.924)
Lucro líquido do período		724.614	844.569
Lucro básico por lote de mil ações	25	0,85	1,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro líquido do período		724.614	844.569
Ganhos (perdas) atuariais - plano pensão de benefício definido.....	15.2	(388.737)	180.689
Ganhos (perdas) atuariais - plano de saúde.....	15.2	(603)	2.479
Ganhos (perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	15.2	(2.951)	(5.893)
Resultado abrangente		332.323	1.021.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
em milhares de reais

DETALHE	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS		DIVIDENDOS PROPOSTOS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS			
SALDOS EM 31/12/2023	1.207.276	108.810	76.097	853.540	-	-	2.245.723
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	844.569	844.569
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido	-	180.689	-	-	-	-	180.689
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	2.479	-	-	-	-	2.479
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	(5.893)	-	-	-	-	(5.893)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	42.228	235.411	-	(277.639)	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	-	-	-	(200.585)	(200.585)
Dividendos adicionais propostos.....	-	-	-	-	366.345	(366.345)	-
SALDOS EM 31/12/2024	1.207.276	286.085	118.325	1.088.951	366.345	-	3.066.982
Incorporação do patrimônio líquido do porto de Itajaí.....	-	-	-	(56.973)	-	-	(56.973)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	724.614	724.614
Aumento de capital com Reserva de Retenção de Lucros - AGE de 25/04/2025.....	183.172	-	-	(183.172)	-	-	-
Retenção de lucros - AGO de 25/04/2025	-	-	-	366.345	(366.345)	-	-
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido	-	(388.737)	-	-	-	-	(388.737)
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	(603)	-	-	-	-	(603)
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	(2.951)	-	-	-	-	(2.951)
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	36.231	516.287	-	(552.518)	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	-	-	-	(172.096)	(172.096)
SALDOS EM 31/12/2025	1.390.448	(106.206)	154.556	1.731.438	-	-	3.170.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em milhares de reais

DETALHE	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	724.614	844.569
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Depreciação e amortização	65.041	53.568
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias.....	(12.996)	(57.415)
- Valor residual de ativos baixados	-	134
- Reversibilidade de bens de arrendamentos/doações	(257.562)	(125.333)
- Provisão (Reversão), líquida - perdas com créditos liquidação duvidosa.....	3.238	4.932
- Provisão (Reversão), líquida de contas a pagar	(50.704)	(14.050)
- Demais provisões associadas a perdas.....	465	4.452
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios pós emprego.....	(37.934)	17.968
- Apropriação de receitas diferidas.....	(62.919)	(62.919)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados.....	31.973	7.627
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.342)	39.549
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber de clientes, líquidas	147.052	661.711
Créditos tributários.....	34.356	47.007
Depósitos judiciais	65.928	(27.298)
Outros ativos.....	(52.482)	414
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	55.305	19.237
Impostos e contribuições.....	47.118	7.954
Benefícios a empregados	(116.158)	(81.716)
Termo de composição de dívida - plano de pensão.....	291.536	-
Obras efetuadas por arrendatários.....	(23.966)	(21.584)
Outros passivos.....	(39.054)	(23.799)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais.....	796.509	1.295.008
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado.....	(55.589)	(56.552)
Aquisição de intangível.....	(1.389)	(379)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(56.978)	(56.931)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(200.585)	(154.534)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos	(200.585)	(154.534)
Total dos fluxos de caixa	538.946	1.083.543
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	3.334.438	2.250.895
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	3.873.384	3.334.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
em milhares de reais

DETALHE	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	2.449.708	1.992.408
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.120.442	943.553
Arrendamentos operacionais e aluguéis	1.327.492	1.051.738
Reversão (Perdas) de crédito esperadas.....	(3.238)	(4.932)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	-	2.049
Demais receitas.....	5.012	-
Insumos adquiridos de terceiros	(998.211)	(388.160)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(315.474)	(246.459)
Outros custos	(682.737)	(141.701)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade.....	1.451.497	1.604.248
Depreciação e amortização.....	(65.041)	(53.568)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	1.386.456	1.550.680
Valor adicionado recebido em transferência	528.927	310.564
Receitas financeiras	528.927	310.564
Valor adicionado a distribuir	1.915.383	1.861.244
Distribuição do valor adicionado	1.915.383	1.861.244
<u>Pessoal</u>	341.889	273.790
Remuneração direta.....	203.406	180.171
Benefícios.....	29.394	24.426
FGTS.....	16.212	14.700
Plano de desligamento incentivado.....	46.264	-
Honorários da diretoria	3.281	3.569
Participação nos lucros	43.332	50.924
<u>Tributos</u>	758.276	678.446
Federais.....	702.975	630.028
Estaduais.....	3.559	3.651
Municipais.....	51.742	44.767
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	90.604	64.439
Despesas financeiras	72.437	54.175
Aluguéis.....	18.167	10.264
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	724.614	844.569
Juros sobre capital próprio e dividendos	172.096	200.586
Dividendos adicionais propostos.....	-	366.345
Lucros retidos.....	552.518	277.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
em milhares de reais

1 – Base de cálculo		2025			2024		
Receita Líquida (RL)		1.933.445			1.644.560		
Resultado operacional (RO)		759.213			1.056.045		
Folha de pagamento bruta (FPB)		203.533			180.477		
2 – Indicadores sociais internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		15.788	7,76%	0,82%	12.723	7,05%	0,77%
Encargos sociais compulsórios		71.311	35,04%	3,69%	62.933	34,87%	3,83%
Previdência privada		24.073	11,83%	1,25%	16.001	8,87%	0,97%
Saúde		4.202	2,06%	0,22%	3.710	2,06%	0,23%
Segurança e medicina no trabalho		164	0,08%	0,01%	116	0,06%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional.....		3.647	1,79%	0,19%	3.142	1,74%	0,19%
Creches ou auxílio – creche		903	0,44%	0,05%	754	0,42%	0,05%
Participação nos lucros/resultados		43.332	21,29%	2,24%	50.924	28,22%	3,10%
Transporte		232	0,11%	0,01%	180	0,10%	0,01%
Bolsa/estágio		1.577	0,77%	0,08%	1.388	0,77%	0,08%
Outros		2.233	1,10%	0,12%	2.595	1,44%	0,16%
Total – Indicadores sociais internos		167.463	82,28%	8,66%	154.467	85,59%	9,39%
3 – Indicadores sociais externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura		1.764	0,23%	0,09%	2.530	0,24%	0,15%
Esporte.....		350	0,05%	0,02%	350	0,03%	0,02%
Outros		1.560	0,21%	0,08%	3.000	0,28%	0,18%
Total das contribuições para a sociedade		3.674	0,48%	0,19%	5.880	0,56%	0,36%
Tributos (excluídos encargos sociais)		720.608	94,92%	37,27%	595.192	56,36%	36,19%
Total – Indicadores sociais externos		724.282	95,40%	37,46%	601.071	56,92%	36,55%
4 – Indicadores ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa..		2.210	0,29%	0,11%	1.786	0,17%	0,11%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente		2.210	0,29%	0,11%	1.786	0,17%	0,11%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa							
		() não possui metas	() cumpre 51% a 75%	() não possui metas	() cumpre 51% a 75%	() não possui metas	() cumpre 51% a 75%
		() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 76% a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 76% a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre 76% a 100%
5 – Indicadores do corpo funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período		1.002			806		
Nº de admissões durante o período		300			24		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		1.094			865		
Nº de estagiários(as)		73			60		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		453			458		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		184			121		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		14,54%			17,84%		
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa		290			212		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		7,00%			4,20%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais		22			4		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração		18,45			-		
Número total de acidentes de trabalho		6,00			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT	
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 33	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -	
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 100,00%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -	
Valor adicionado total a distribuir		em 2025: 1.915.383			em 2024: 1.861.244		
Distribuição do valor adicionado		39,59% governo; 8,98% acionistas;	17,85% empregados(as) 4,73% terceiros; 28,85% retido		36,45% governo; 10,78% acionistas;	14,71% empregados(as) 3,46% terceiros; 34,60% retido	

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A – APS, doravante denominada "Companhia" ou "APS", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União e com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (e demais alterações posteriores), bem como por seu Estatuto Social.

Eventos Relevantes

a) Convênio de Descentralização

A UNIÃO, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), e a Companhia, considerando o disposto no art. 12º, alínea "f", da Portaria MPOR nº 567, de 26 de novembro de 2024, e o que consta no Processo SEI nº 50020.008663/2024-98, celebraram o Convênio de Descentralização nº 002/2024, tendo como objeto a descentralização da administração e exploração do Porto Organizado de Itajaí à Companhia, que exercerá a administração e exploração daquele Porto e as funções de autoridade portuária, descritas no art. 17, da Lei nº 12.815, de 2013. O Convênio de Descentralização terá vigência de 1 (um) ano contado a partir de 02 de janeiro de 2025. Este Convênio teve seu encerramento em 02/01/2026 através do Convênio de Descentralização nº 001/2025 do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) que transferiu a administração e exploração do Porto Organizado de Itajaí para a Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA.

b) Tabela tarifária

A partir de 01/04/2022, foram alterados os parâmetros da cobrança da estrutura tarifária. Em 20/04/2022, a Companhia foi obrigada a interromper a vigência da Tabela I dessa estrutura tarifária para os associados de entidade de classe que obteve liminar judicial para suspender a cobrança. Nesse contexto, a Companhia acionou o judiciário e foi concedida liminar, através da 1ª Vara Federal de Santos, para que os associados da entidade depositem em juízo a diferença entre os valores referente à Tabela I, da estrutura tarifária atualmente vigente e a cobrada até 31/03/2022. O montante dos depósitos judiciais em 31/12/2025 é de R\$ 451.252. Quanto à Tabela III – Infraestrutura Operacional ou Terrestre, em cumprimento ao Acórdão nº 559/2025 da ANTAQ, foi aplicado desconto tarifário aos usuários do Porto de Santos, com efeitos retroativos a outubro de 2025, vigorando até a conclusão da Revisão Tarifária Extraordinária, em trâmite no âmbito do Processo nº 50300.020891/2024-90.

c) Contratos de arrendamento – reequilíbrio econômico-financeiro

A Companhia tomou conhecimento dos acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de reequilíbrios econômico-financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, e se manifestou através de Ofícios endereçados à Secretaria Nacional dos Portos –SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise conforme detalhado a seguir:

- T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES/31.98 – Acórdão 625-2022;
- ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES/41.97 – Acórdão 651-2022;

Em relação ao Acórdão 301-2022/ANTAQ referente ao contrato de arrendamento PRES/28.98 celebrado com Ecoporto Santos S.A., foi encerrado em 12/06/2023. A evolução dos fatos pertinentes será discriminada abaixo:

Conforme despacho decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 12/06/2023, do Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, foi deferida, de ofício, medida cautelar para suspender por 180 dias o encerramento da vigência do Contrato de Arrendamento PRES/028.98, de titularidade da arrendatária ECOPORTO SANTOS S.A, e as Portarias DIPRE 209.2023, de 01/12/2023 e 084.2024, de 05/06/2024, do Diretor-Presidente da Companhia, prorrogaram por 180 dias a medida cautelar. Em 02/12/2024, foi celebrado com a Ecoporto o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/11.2024, com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias. Em 29/05/2025 foi assinado o contrato de transição DIPRE-DINEG/11.2025 com prazo de vigência de 1 (um) ano contado a partir de 31/05/2025, ou até que se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro.

d) Túnel imerso Santos-Guarujá

O projeto do Túnel Imerso Santos–Guarujá, qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), será executado por meio de Parceria Público-Privada (PPP). Em 5 de setembro de 2025, o Grupo português Mota-Engil Latam Portugal venceu o leilão efetuado na Bolsa de Valores de São Paulo ao oferecer desconto de 0,5% sobre a contraprestação pública máxima anual. A empresa será responsável pela construção, operação e manutenção do túnel pelo prazo de 30 (trinta) anos, com investimento estimado em 6,8 bilhões de reais (data base: março/2025). O financiamento do projeto será com a participação do Governo Federal, por meio da Autoridade Portuária de Santos S/A e do Governo do Estado de São Paulo, que investirão, em conjunto 5,14 bilhões de reais, divididos de forma igualitária. O valor complementar será de responsabilidade do grupo vencedor.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As informações financeiras são preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2025 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As informações financeiras contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2025 e sua divulgação foi autorizada pela Diretoria Executiva em 02/03/2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da Companhia.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS CRÍTICOS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e despesas da Companhia. As estimativas são determinadas com base no melhor conhecimento existente na data da aprovação das demonstrações contábeis, dos eventos e das transações em curso. Os resultados dessas transações quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas considerando as incertezas decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

As principais premissas relativas às incertezas são:

4.1. Definição das unidades geradoras de caixa (UGC) para testes de impairment

Uma UGC representa um menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Essa definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão.

Alterações nas UGCs em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, conseqüentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs, podendo influenciar na sua capacidade de gerar caixa e ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de tais ativos.

4.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente, conforme nota explicativa 15.2.

Os compromissos atuariais e os custos com o plano de pensão, complementação de aposentadorias e o de assistência médica dependem de premissas financeiras e demográficas.

Essas e outras premissas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

4.3. Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das suas operações. A Administração, baseada na opinião do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada e na essência levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores e precedentes da jurisprudência de casos semelhantes.

A probabilidade de saída de recursos resultante das decisões judiciais, bem como, de alterações no conjunto de provas pode ser diferente das análises efetuadas. As informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 19.

4.4. Tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

4.5. Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	15.609	10.614
Aplicações financeiras de curto prazo	3.857.775	3.323.824
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.873.384	3.334.438

As aplicações financeiras estão representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme artigo 2º da Resolução BACEN 4986, de 17/02/2022, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Natureza e Rentabilidade	31/12/2025		31/12/2024	
Fundo de investimento - BB ⁽¹⁾	2.745.366	102,7% do CDI	2.320.912	84,5% do CDI
Fundo de investimento - CEF ⁽¹⁾	1.112.409	102,4% do CDI	1.002.912	84,6% do CDI
Total	3.857.775		3.323.824	

⁽¹⁾ Rentabilidade média acumulada anual.

Os fundos de investimentos de renda fixa, extramercado, adotam política de investimentos de possuir a carteira composta por títulos públicos federais e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), com resgate diário e exposto ao risco das variações das taxas prefixadas e/ou pós fixadas. Os fundos destinam-se a acolher investimentos de entidades públicas da administração direta, empresas públicas, autarquias, fundações públicas e demais entidades congêneres.

Prática contábil: Equivalentes de caixa, são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, não excedendo seu valor de realização.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber – Circulante		
Contas a receber, a vencer	123.433	62.556
Contas a receber, vencidos	819	2.976
	124.252	65.532
Contas a Receber – Não Circulante		
Contas a receber	69.717	17.975
Contas a receber - recuperação judicial	15.275	15.275
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ⁽¹⁾	(84.992)	(33.250)
Total Contas a Receber – Não Circulante	-	-

⁽¹⁾ Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), em conformidade com o Normativo da Companhia, também estão incluídas as empresas em recuperação judicial.

Movimentação da PECLD	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(33.250)	(28.319)
(+) Adições ⁽¹⁾	(51.742)	(4.931)
(-) Reversões	-	-
Saldo final	(84.992)	(33.250)

⁽¹⁾ No valor de R\$ 51.742 está incluso R\$ 49.249 de provisão de valores a receber da Filial APS Itajaí.

Prática contábil: Contas a receber representam os valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pela Companhia. O Contas a receber é mensurado pelo custo amortizado. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras.

7. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS – OUTORGA

Valores a receber decorrentes de contratos de arrendamentos, em vigência, para os quais as empresas nos processos de leilão e/ou renovação efetuaram ofertas de valores de outorga pela oportunidade do negócio e serão pagos conforme cronograma previsto em cada instrumento contratual disponível em https://intranet.portodesantos.com.br/lei_acesso/proaps.asp

Arrendatários	Contrato	31/12/2025	31/12/2024
Petróleo Brasileiro S/A (STS08A)	06/2022	208.795	297.232
Bracell SP Celulose (STS14A)	05/2020	53.315	101.469
Eldorado Brasil S/A (STS14)	04/2020	54.308	100.793
Cofco International (STS11)	08/2022	5.489	6.933
Total		321.907	506.427
Circulante		213.850	177.172
Não Circulante		108.057	329.255

Prática contábil: Registro contábil efetuado pelo valor ofertado no leilão com a contrapartida em receita diferida no passivo. Após o registro inicial, o valor do ativo é atualizado monetariamente pela variação do índice de reajuste previsto no contrato.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL pago a maior ⁽¹⁾	9.417	8.695
Impostos retidos sobre faturamento	200	99
Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	-	35.179
Total	9.617	43.973
Circulante	200	35.278
Não Circulante	9.417	8.695

⁽¹⁾ Pagamento a maior de IRPJ e CSLL, correspondente a fato gerador da competência dezembro/2018, com solicitação de restituição à Secretaria da Receita Federal através de PER/DCOMP.

9. PARTES RELACIONADAS

A empresa possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas revisada no mínimo anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração como parte integrante do conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam a concepção, implementação e melhoria contínua na estrutura organizacional da Companhia. Uma entidade controlada, conjuntamente controlada ou influenciada significativamente pelo governo deve divulgar as transações com o governo e com outras entidades controladas, conjuntamente controladas ou influenciadas significativamente pelo mesmo governo somente se essas transações forem significativas e realizadas em condições que não sejam equivalentes às de mercado.

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) é responsável por avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, bem como pela evidenciação dessas transações.

9.1. Membros chave da administração da empresa

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal representantes do Ministério de Portos e Aeroportos, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional) e da Prefeitura Municipal de Santos percebem a mesma remuneração dos demais integrantes dos referidos Conselhos.

Exercício findo em 31/12/2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e benefícios ⁽¹⁾	372	172	94	2.852	3.490
Encargos sociais	74	35	18	1.372	1.499
Remuneração variável ⁽¹⁾	-	-	-	1.169	1.169
Previdência complementar	-	-	-	177	177
Remuneração total	446	207	112	5.570	6.335
Remuneração média mensal ⁽¹⁾	4,42	4,78	3,93	67,01	
Número médio de membros	7	3	3	5	

Exercício findo em 31/12/2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e benefícios	372	160	72	3.147	3.751
Encargos sociais	74	31	14	1.165	1.284
Remuneração variável	-	-	-	778	778
Previdência complementar	-	-	3	135	138
Remuneração total	446	191	89	5.225	5.951
Remuneração média mensal ⁽¹⁾	4,42	4,42	4,42	65,42	
Número médio de membros	7	3	3	5	

⁽¹⁾ A remuneração média mensal considera as verbas de salários e benefícios e a remuneração variável quando aplicável. Em 2025, um membro do Comitê de Auditoria não recebeu remuneração por também integrar o Conselho de Administração. Em 2024, dois membros do Comitê de Auditoria não receberam remuneração pelo mesmo motivo, em razão de também integrarem o Conselho de Administração.

9.3. Saldo das transações com fundo de previdência

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência na modalidade de benefício definido, gerenciado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social. As transações resultaram nos seguintes saldos:

	31/12/2025	31/12/2024
PORTUS - Instituto de Seguridade Social⁽¹⁾	1.110.150	524.857
Circulante	72.669	48.998
Não Circulante	1.037.481	475.859

⁽¹⁾ A variação decorre dos efeitos atuariais do acordo celebrado, em março/2025, entre as patrocinadoras e o fundo de pensão, com o objetivo de retorno de benefícios retirados no plano de equacionamento celebrado em junho/2020.

9.4 – Saldos bancários e de aplicações financeiras em instituições financeiras

A Companhia mantém saldos de caixa e aplicações financeiras em instituições financeiras controladas pela União Federal, em condições equivalentes às de mercado. Vide Nota 5.1.

9.5 – Transação financeira com a Controladora

Foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024, com a União Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, relativo ao Projeto do Túnel Imerso Santos–Guarujá, qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). O

empreendimento será executado por meio de Parceria Público-Privada (PPP). Nos termos do artigo 6º do Acordo acima referenciado, constitui obrigação da Companhia disponibilizar os recursos financeiros necessários à viabilização da obra, em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo, cabendo a cada parte investir o montante de R\$ 2,57 bilhões (base: março/2025).

9.6 – Transações com entidade sem fins lucrativos

A Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos – CENEP, é uma Fundação pública municipal de direito privado, criada pela Lei Complementar 609, de 12/12/2007 instituída em conjunto com a Autoridade Portuária de Santos e a Prefeitura Municipal de Santos.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas ⁽¹⁾	55.968	125.383
Cíveis	33.639	30.758
Tributários	2.427	1.821
Total	92.034	157.962

⁽¹⁾ A redução do saldo de depósitos judiciais trabalhistas decorre da atuação estratégica da Gerência do Jurídico Trabalhista, que tem foco em:

- (i) projeto de identificação e levantamento de valores, bem como
- (ii) na liquidação de processos trabalhistas em fase de execução.

Prática contábil: Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e a atualização registrada à receita financeira e os saldos conciliados com os registros das instituições financeiras depositárias.

11. OUTROS CRÉDITOS

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
Termo de Convênio ⁽¹⁾	22.222	-
Despesas antecipadas ⁽²⁾	6.953	1.597
Adiantamento a empregados	1.090	1.079
Sinistros cobertos por apólice	257	191
Bens destinados à alienação	336	248
Plano de Saúde	239	189
Diversos	608	-
Total	31.705	3.304
Circulante	5.604	2.837
Não Circulante	26.101	467

⁽¹⁾ Termos de Convênios de cooperação técnica e financeira para desenvolvimentos dos projetos Conecta Santos-5G e Gêmeos Digitais no Porto de Santos, celebrados com a Fundação Parque Tecnológico Itaipú-Brasil.

⁽²⁾ Apropriação por competência de licenças de uso de softwares no valor de R\$ 6.546 (R\$ 1.291 em 31/12/2024) e de apólices de seguro R\$ 407 (R\$ 306 em 31/12/2024).

12. IMOBILIZADO

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de depreciação	31/12/2025				31/12/2024			
		Custo	Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	9.551	(7.127)	-	2.424	9.055	(7.025)	-	2.030
Veículos	10%	1.719	(1.248)	-	471	1.311	(1.091)	-	220
Máquinas Motores e Aparelhos	5% a 25%	21.329	(18.600)	(199)	2.530	21.532	(18.502)	(443)	2.587
Equipamentos Diversos	5% a 33%	10.579	(4.571)	-	6.008	9.175	(3.788)	-	5.387
Outros Bens Móveis	5% a 10%	926	(745)	-	181	833	(731)	-	102
Equipamentos de Informática	10% a 20%	69.843	(48.225)	-	21.618	54.900	(44.678)	(6)	10.216
Bens Filial Itajaí	1,45% a 26,67%	752.382	(46.670)	(682.324)	23.388	-	-	-	-
Edifícios	1,49% a 7%	175.058	(25.601)	(138)	149.319	123.812	(22.367)	(147)	101.298
Instalações	1,43% a 20%	1.081.272	(209.415)	(4.055)	867.802	873.466	(195.724)	(4.658)	673.084
Obras em Andamento	-	134.750	-	-	134.750	101.216	-	-	101.216
Terrenos	-	29	-	-	29	29	-	-	29
Bens Móveis Fins Ind.	3% a 25%	40.567	(18.769)	-	21.798	40.662	(12.260)	-	28.402
Bens Imóveis Fins Ind.	3% a 25%	118.615	(95.279)	-	23.336	118.615	(91.907)	-	26.708
Vias de acesso Terrestre	1,43% a 7%	342.139	(173.063)	-	169.076	342.139	(155.429)	-	186.710
Infraestrutura Terrestre	1,43% a 5%	46.487	(34.818)	-	11.669	46.487	(33.408)	-	13.079
Dragagem Aprofundamento	-	121.857	-	-	121.857	121.857	-	-	121.857
Outras Obras Portuárias ⁽¹⁾	1,43% a 7%	664.223	(208.143)	-	456.080	664.223	(196.708)	-	467.515
Total		3.591.326	(892.274)	(686.716)	2.012.336	2.529.312	(783.618)	(5.254)	1.740.440

⁽¹⁾ Os valores se referem basicamente a construção de terminais de operação.

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2024	Incorporação Porto de Itajaí	Aquisições ⁽¹⁾	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2025
Mobiliário em Geral	2.030	-	721	-	(311)	(16)	2.424
Veículos	220	-	408	-	(157)	-	471
Máquinas Motores e Aparelhos	2.587	-	270	-	(339)	12	2.530
Equipamentos Diversos	5.387	-	412	-	(813)	1.022	6.008
Outros Bens Móveis	102	-	98	-	(18)	(1)	181
Equipamentos de Informática	10.216	-	12.096	(4)	(4.572)	3.882	21.618
Bens Porto de Itajaí	-	23.555	-	-	(167)	-	23.388
Edifícios	101.298	-	51.249	-	(3.228)	-	149.319
Instalações	673.084	-	207.532	-	(13.141)	327	867.802
Obras em Andamento	101.216	-	40.365	-	-	(6.831)	134.750
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	28.402	-	-	-	(6.604)	-	21.798
Bens Imóveis para Fins Industriais	26.708	-	-	-	(3.372)	-	23.336
Vias de acesso Terrestre	186.710	-	-	-	(17.634)	-	169.076
Infraestrutura Terrestre	13.079	-	-	-	(1.410)	-	11.669
Dragagem de Aprofundamento	121.857	-	-	-	-	-	121.857
Outras Obras Portuárias	467.515	-	-	-	(11.435)	-	456.080
Total	1.740.440	23.555	313.151	(4)	(63.201)	(1.605)	2.012.336

⁽¹⁾ Na coluna aquisições está inclusa a importância de R\$ 257.562 correspondente a reversibilidade de bens oriunda do contrato de arrendamento nº PRES/28.98 que se encerrou. Os bens foram avaliados, a preço de mercado, e passaram a integrar o ativo imobilizado da APS em razão da reversão de bens prevista em cláusula contratual.

Prática contábil: Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição compreendendo os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação e por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade no ativo imobilizado.

12.1 IMPAIRMENT

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade no ativo imobilizado, sendo os ativos agrupados em 03 unidades geradoras de caixa - UGC, assim denominadas:

- Sistema Porto

Engloba todas as atividades relativas as operações de carga e descarga mediante a cobrança de tarifas portuárias e arrendamentos de áreas objeto de licitações com a celebração de instrumentos contratuais;

- SEP (Sistema Elétrico de Potência)

Aos usuários do Porto é disponibilizado energia elétrica - geração, transmissão e distribuição - através da Usina Hidrelétrica de Itatinga situada no município de Bertioga;

- Estações de Tratamento de Água e Esgoto:

A Companhia efetua a prestação de serviços de água tratada e de esgoto no âmbito do Porto Organizado de Santos.

Ao mensurar o valor em uso, a entidade deve:

- basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da Administração, do conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil remanescente do ativo.

- basear as projeções de fluxo de caixa nos orçamentos/projeções mais recentes aprovados pela Administração, mas deve excluir qualquer estimativa de futuras entradas ou saídas de caixa que se espera originar de reestruturações futuras ou de melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. Projeções baseadas nesses orçamentos/previsões devem abranger o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique um período mais longo; e

- estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período coberto pelos orçamentos/previsões mais recentes, por meio da extrapolação das projeções baseadas em orçamentos/previsões, utilizando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio de longo prazo para os produtos, indústrias, país ou países nos quais a entidade

opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que uma taxa mais elevada possa ser justificada.

A Wacc foi definida em 9,92% a.a., conforme Acórdão ANTAQ nº 329 de 30/05/2022. Em função do modelo estar em termos nominais, foram adicionados 3,58% de inflação, totalizando Wacc de 13,86% a.a.

A seguir está apresentado o resultado do teste de valor recuperável dos ativos, por Unidade Geradora de Caixa – UGC:

Demonstração do resultado do teste de Impairment

31/12/2025				
UGC, por natureza	Valor contábil	Valor recuperável (*)	Reversão(perda) por desvalorização	Valor líquido após impairment
Sistema Porto	1.981.332	(i)		1.981.332
Sistema elétrico de potência - SEP	4.392	(ii)	(4.392)	-
Estações de tratamento de água e esgoto (iii)	7.616	31.539		7.616
Total imobilizado líquido	1.993.340			1.988.948
31/12/2024				
UGC, por natureza	Valor contábil	Valor recuperável (*)	Reversão(perda) por desvalorização	Valor líquido após impairment
Sistema Porto	1.730.137	(i)		1.730.137
Sistema elétrico de potência - SEP	5.254	(ii)	(5.254)	-
Estações de tratamento de água e esgoto (iii)	10.303	12.290		10.303
Total imobilizado líquido	1.745.694			1.740.440

(*) valor recuperável é o valor em uso

Movimentação das contas do SEP -Impairment	R\$ mil
Saldo inicial	5.254
(+) Adições	-
(-) Depreciação - impairment	(862)
Saldo final	4.392

(i) Sistema Porto

Em linha com a norma NBC TG 01 (R4), a Companhia efetuou análise da recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia, baseada na performance dos últimos anos, apurou que não há indícios para a elaboração de teste de impairment.

(ii) SEP (Sistema Elétrico de Potência)

A Companhia efetuou a análise destes ativos e, como não há indícios de recuperabilidade dos valores dos mesmos, a provisão para perda de recuperabilidade desta UGC foi mantida na totalidade do valor do ativo para o ano de 2025, no montante de R\$ 4.392.

(iii) Estações de Tratamento de Água e Esgoto

A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2025 onde apurou-se valor recuperável superior ao valor contábil dos ativos.

Para a Filial Itajaí foram mantidos os valores de impairment apurados na carga inicial, conforme nota 12a, visto o encerramento do convênio de descentralização 02/2024.

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 7.199 (R\$ 6.131 em 31/12/2024) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizado pela vida útil estimada dos itens.

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual Amortização	31/12/2025				31/12/2024			
		Custo	Amortização Acumulada	Impairment	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Impairment	Valor Contábil
Software - ERP	10%	8.202	(5.769)	-	2.433	8.202	(5.237)	-	2.965
Demais Softwares	20%	24.211	(19.447)	-	4.764	21.306	(18.140)	-	3.166
Softwares - Itajaí	20%	461	(379)	(80)	2	-	-	-	-
Total		32.874	(25.595)	(80)	7.199	29.508	(23.377)	-	6.131

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2024	Incorporação Porto de Itajaí	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2025
Software - ERP	2.965	-	-	-	(532)	-	2.433
Demais softwares	3.166	-	1.389	-	(1.308)	1.517	4.764
Softwares - Itajaí	-	3	-	-	(1)	-	2
Total	6.131	3	1.389	-	(1.841)	1.517	7.199

Prática contábil:

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil estimada e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos à despesa, quando incorridos.

14. SEGUROS

A Companhia mantém seguros determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes, levando em consideração a natureza e o grau de risco por montantes suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos e/ou responsabilidades, conforme abaixo:

Limites de cobertura vigentes	31/12/2025	31/12/2024
Riscos operacionais ⁽¹⁾	50.000	50.000
Responsabilidade civil dos Administradores ⁽²⁾	40.000	40.000
Responsabilidade civil ⁽³⁾	30.000	30.000
Automóveis e motocicletas ⁽⁴⁾	2.946	2.119
Cascos Marítimos ⁽⁵⁾	3.757	3.757
Drones ⁽⁶⁾	2.607	3.454

(1) Riscos Operacionais

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista, com vigência de 30/05/2025 a 30/05/2026. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

(2) Responsabilidade civil dos Administradores

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados relativos às suas atribuições junto à Companhia. O seguro tem vigência de 31/12/2025 a 31/12/2026.

(3) Responsabilidade civil

A apólice de responsabilidade civil tem cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815 de 05/06/2013, com vigência de 30/05/2025 a 30/05/2026.

(4) Automóveis e motocicletas

Apólices de seguro de veículos e motocicletas, tendo como referência para indenização a tabela FIPE, mais os acessórios agregados.

(5) Casco Marítimo.

Apólices de seguro de casco marítimo das Lanchas de Patrulhamento.

(6) Drones

Apólices de seguro de drones para casco e responsabilidade civil.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Companhia em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato do trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, provisão de férias e 13º salário, participação nos lucros e outros benefícios.

Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo	102.914	101.464
Remuneração variável - Não Circulante	657	616
Benefícios pós emprego ⁽¹⁾	869.706	576.535
Total	973.277	678.615
Circulante	144.854	148.128
Não Circulante	828.423	530.487

⁽¹⁾ Vide Nota 15.2

15.1. Benefícios de curto prazo

São os benefícios com a perspectiva de serem liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Salários, encargos e outras provisões	27.018	20.125
Provisão de férias	32.768	30.357
Participação nos lucros	42.163	50.146
Remuneração variável da Diretoria	965	836
Total	102.914	101.464

15.1.1 Participação nos lucros

15.1.1.1 Remuneração variável de administradores - RVA

O objetivo do programa da RVA é vincular parcela da remuneração ao desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados na Companhia e a execução das políticas públicas. O limite máximo de pagamento a cada diretor é fixado em 4 honorários, mais até 50%, ou seja, 2 (dois) honorários, a título de bônus em caso de extrapolação de metas, conforme tabela de gradação e pré-requisitos definidos no Programa.

O pagamento da remuneração variável é condicionado à existência de lucro e a efetiva distribuição aos empregados da participação nos lucros ou resultados relativa ao ano base.

O montante a ser utilizado para o pagamento da RVA está limitado à remuneração anual dos administradores, ou 10% do lucro líquido do ano-base, prevalecendo o que for menor.

No resultado foi reconhecido a importância de R\$ 1.169 (R\$ 778 em 2024) como remuneração variável dos administradores, relativa aos resultados obtidos em 2025 combinado com o alcance de um conjunto de indicadores e metas corporativas aprovadas pela SEST.

15.1.1.2 Participação nos lucros ou resultados - PLR

As regras da participação nos lucros, submetidas à aprovação pela Secretaria e Governança das Empresas Estatais -SEST, abrange todos os empregados, com previsão de limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes. A participação nos lucros depende de alguns requisitos:

- a)** aprovação de distribuição de dividendos pela Assembleia Geral Ordinária;
- b)** apuração de lucro líquido no exercício;
- c)** atingimento de percentual mínimo de 80%, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores;

A distribuição do montante máximo da participação nos lucros está limitada a 6,25% do lucro líquido e a 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas, o valor que for menor.

A Companhia reconheceu no resultado a participação nos lucros dos empregados no montante de R\$ 42.163 (R\$ 50.146 em 2024).

Prática contábil:

a) Benefícios de curto prazo

a.1) Salários, férias e encargos trabalhistas

Os pagamentos de benefícios como salários ou férias, bem como, os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

a.2) Programa de participação nos lucros e resultados

As provisões dos programas de remuneração variável e da participação nos lucros são reconhecidas no decorrer do exercício em que os serviços são prestados. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada.

a.3) Benefícios rescisórios

São aqueles decorrentes da rescisão do contrato de trabalho como resultado de: a) decisão da entidade em terminar o vínculo empregatício antes da data de aposentadoria; ou b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefício em troca da rescisão do contrato de trabalho.

• Programa de incentivo ao desligamento voluntário

A Companhia instituiu programa de desligamento voluntário, destinado aos empregados com 35 anos ou mais de serviço na Companhia e idade igual ou superior a 55 anos cumulativamente. Esse programa se encerrou em dezembro de 2025 e houve 63 adesões com custo total de R\$ 23.132.

b) Benefícios de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

Para o plano de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade e possui risco, são obtidos trimestralmente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas contribuições. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício definido na data, menos o valor justo dos ativos do plano. A Companhia reconhece no resultado os custos de serviços, as despesas de juros sobre obrigações e as receitas de juros sobre ativos do plano. A mensuração dos ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (líquido das receitas de juros sobre os ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo e passivo oneroso, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

15.2. Benefícios pós emprego

VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2025	Plano de Pensão Nota 15.2.1	Plano de Saúde Nota 15.3	Complementação Aposentadoria Nota 15.3	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	522.524	12.274	41.737	576.535
Reconhecido no resultado	48.501	1.559	4.719	54.779
Custo do serviço corrente (patronal)	178	150	-	328
Custo serv. passado redução/alteração plano	160.830	-	-	160.830
Aporte de recursos outras patrocinadoras - TCD	(197.900)	-	-	(197.900)
Custo dos juros líquidos	85.393	1.410	4.719	91.522
Reconhecido no PL - resultados abrangentes	388.737	603	2.951	392.291
(Ganhos) perdas nos ativos do plano	(102.577)	-	-	(102.577)
(Ganhos) perdas nas obrigações atuariais	491.314	603	2.951	494.868
Efeito caixa	(145.963)	(231)	(7.705)	(153.899)
Pagamentos:	-	-	-	-
Contribuições paridade ativos e assistidos	(17.773)	-	-	(17.773)
Contribuições extraordinárias patronais	(18.560)	-	-	(18.560)
Termo de compromisso - TCF e TCD	(109.630)	-	-	(109.630)
Contribuição plano de saúde	-	(231)	-	(231)
Complementação de aposentadoria	-	-	(7.705)	(7.705)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2025	813.799	14.205	41.702	869.706
Circulante	41.940	-	-	41.940
Não Circulante	771.859	14.205	41.702	827.766

VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2024	Plano de Pensão Nota 15.2.1	Plano de Saúde Nota 15.3	Complementação Aposentadoria Nota 15.3	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	727.820	13.942	47.683	789.445
Reconhecido no resultado	60.809	1.297	(4.602)	57.504
Custo do serviço corrente (patronal)	81	61	-	142
Custo serv. passado redução/alteração plano	-	-	(8.500)	(8.500)
Custo dos juros líquidos	60.728	1.236	3.898	65.862
Reconhecido no PL- resultados abrangentes	(180.689)	(2.479)	5.893	(177.275)
(Ganhos) perdas nos ativos do plano	(28.886)	-	-	(28.886)
(Ganhos) perdas nas obrigações atuariais	(151.803)	(2.479)	5.893	(148.389)
Efeito caixa	(85.416)	(486)	(7.237)	(93.139)
Pagamentos:	-	-	-	-
Contribuições paridade ativos e assistidos	(10.155)	-	-	(10.155)
Contribuições extraordinárias patronais	(17.518)	-	-	(17.518)
Termo de compromisso financeiro - TCF	(57.743)	-	-	(57.743)
Contribuição plano de saúde	-	(486)	-	(486)
Complementação de aposentadoria	-	-	(7.237)	(7.237)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	522.524	12.274	41.737	576.535
Circulante	46.664	-	-	46.664
Não Circulante	475.860	12.274	41.737	529.871

15.2.1. Plano de Pensão

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criada em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O Portus administra plano de benefício, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, fechado para adesões desde 2011.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio do Parecer nº 53/2022/CTR/CGTR/DILIC, aprovou em 10/02/2022, a Cisão do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, com implantação do Plano PBP-SPA (espelho), para a parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS).

A Portaria nº 570, de 27 de junho de 2025, da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, encerrou o regime especial de intervenção no PORTUS - Instituto de Seguridade Social, decretado pela Portaria Previc nº 459, de 22 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de agosto de 2011. A Portaria 570/2025 produz seus efeitos a contar de 30/09/2025. Abaixo os relatórios da consultoria atuarial, com a base de dados e premissas utilizadas:

Premissas adotadas	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto (nominal)	10,96%	11,52%
Taxa anual nominal de crescimento dos salários	3,10%	3,50%
Reajuste nominal do benefício	3,10%	-3,50%

Base de Dados	31/12/2025	31/12/2024
Participantes ativos (passivo principal)	119	130
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	3.675	3.814
- Aposentados	2.027	2.149
- Pensionistas	1.648	1.665
Número total de participantes	3.794	3.944
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	6,09	4,90

Conciliação da obrigação benefício definido	ATIVOS	INATIVOS
Obrigações atuariais no início do período	108.167	633.627
Custo do serviço corrente (parte patronal)	6.012	154.995
Custo dos juros	13.125	120.466
Contribuições de participantes do plano	224	-
Benefícios pagos	-	(178.670)
(Ganho)/perda atuarial	(6.939)	498.254
- (Ganho)/perda atuarial - mudança de premissas	932	9.493
- (Ganho)/perda atuarial - ajuste de experiência	(7.871)	488.761
Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	25.956
Obrigações atuariais no fim do período	120.589	1.254.628

Passivo Líquido	31/12/2025	31/12/2024
Passivo líquido no início do período	522.524	727.820
Custo no período	48.501	60.809
(Ganhos) e Perdas atuariais no período	388.737	(180.689)
Contribuições do empregador para o plano	(145.963)	(85.416)
Passivo Líquido no final do período	813.799	522.524
Passivo líquido adicional reconhecido	341.975	36.437
Plano de Pensão - TCF 2020 - Nota 15.2.1.1	471.824	486.087

Valor Justo dos Ativos do Plano	31/12/2025		31/12/2024	
Principais Categorias de Ativos				
Disponível	-	0,000%	1	0,000%
Realizável (Previdencial e Administrativa)	1.124.880	77,757%	552.539	64,880%
Títulos Públicos	106.002	7,327%	101.398	11,906%
Ações	40.151	2,775%	41.108	4,827%
Fundos de Investimentos	107.014	7,397%	91.806	10,780%
Investimentos Imobiliários	67.020	4,633%	63.188	7,420%
Precatórios – FND	-	0,000%	-	0,000%
Outros – Depósitos Judiciários	1.590	0,110%	1.590	0,187%
Total Ativo	1.446.657	100,00%	851.630	100,00%
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		-	
(-) Exigível Operacional	(13.249)		(15.729)	
(-) Exigível Contingencial	(24.376)		(23.723)	
(-) Fundo Previdencial	(24.490)		(66.060)	
(-) Fundo administrativo	(61.925)		(42.072)	
(-) Operações contratadas	(766.044)		(486.759)	
Valor Justo dos Ativos Inicial	556.573		217.287	
Rentabilidade projetada para o período	4.845		1.983	
Saldo Previdencial do período	-		-	
Valor Justo dos Ativos final	561.418		219.270	

Outras Premissas Atuariais	31/12/2025	31/12/2024
Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Tábua Entrada em Invalidez	Gr.Americana desagrav.20%	Gr.Americana desagrav.20%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagrav.20%	Winklevoss desagrav.20%
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Análises de Sensibilidade	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,50%	-0,50%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(1.342.788)	(1.410.358)	(1.333.526)	(1.419.619)
Valor justo dos ativos do plano	561.418	561.418	561.418	561.418
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(781.370)	(848.941)	(772.108)	(858.201)
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-2,36%	2,56%	-3,03%	3,23%
Varição Passivo/Ativo Reconhecido	-3,98%	4,32%	-5,12%	5,46%

15.2.1.1 - Termo de compromisso financeiro - TCF

Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do plano PBP1, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001.

O Termo de Compromisso Financeiro, celebrado em 16/06/2020, com amortização calculada pelo sistema Price e taxa de juros anual de 4,81%, acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, foi alterado em 28/02/2025 em função da assinatura do Termo de composição e ajuste de dívida conforme disposto na nota explicativa 15.2.1.2, sendo que o saldo remanescente do TCF em março/2025 será pago em 144 parcelas com incidência de juros anuais de 4,71% acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. A APS concedeu como garantia do cumprimento da obrigação o contrato de arrendamento 069.97 celebrado com a Santos Brasil Participações S/A. Abaixo está demonstrado a movimentação do saldo do Termo de Compromisso Financeiro:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial TCF	486.087	497.695
(-) Pagamentos	(54.909)	(57.743)
(+) Juros e atualização monetária	40.646	46.135
Saldo devedor remanescente	471.824	486.087
Circulante	41.940	46.664
Não circulante	429.884	439.423

Prática contábil: Registrado o valor conforme passivo pactuado e após mensurado ao custo amortizado.

15.2.1.2 - Termo de composição e ajuste de dívida - TCD

Em 28/02/2025 foi celebrado com o Instituto de Seguridade Social - PORTUS e a APS o Termo de composição e ajuste da dívida com a extinção dos processos judiciais abaixo:

Processo	Distribuição	Natureza
0011858-68.2014.4.02.5101	8ª Vara Federal	Contribuições
5075863-04.2020.4.02.5101	23ª Vara Federal	Contribuições
0506373-93.2015.4.02.5101	17ª Vara Federal	Reserva de Tempo Serviço

O TCD foi precedido de negociação envolvendo Ministério de Portos e Aeroportos, Advocacia Geral da União, Instituto de Seguridade Social - PORTUS e Patrocinadoras com posterior assinatura de Termo de Conciliação na Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal, para um acordo financeiro com atribuição de valor distinto para cada patrocinadora em função dos valores reivindicados pelo PORTUS nas respectivas ações propostas contra cada uma das patrocinadoras. O valor atribuído à APS no Termo de Conciliação nº 00001/2025/CCAF/CGU/AGU foi de R\$ 300.000, atualizado monetariamente a partir de 01/04/2024, com a extinção dos processos judiciais acima referenciados propostos pelo PORTUS. O valor será pago em 12 anos com atualização monetária pela variação do INPC e taxa de juros anual de 4,71%. A APS concedeu como garantia do cumprimento da obrigação o contrato de arrendamento 069.97 celebrado com a Santos Brasil Participações S/A. Abaixo está demonstrado a movimentação do saldo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial TCD	330.469	-
(-) pagamentos	(54.750)	-
(+) Juros e atualização monetária	15.817	-
Saldo devedor remanescente	291.536	-
Circulante	25.914	-
Não circulante	265.622	-

Prática contábil: Registrado o valor conforme passivo pactuado e após mensurado ao custo amortizado.

15.3. Plano de Saúde e Complementação de Aposentadorias

Benefícios pós emprego	31/12/2025	31/12/2024
Plano de Assistência à Saúde	14.205	12.274
Complementação de aposentadoria	41.702	41.737
Total	55.907	54.011

15.3.1 Plano de Assistência à Saúde

A Companhia disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a Companhia deve garantir o direito de

manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS.

Apesar do ex-empregado, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da Companhia, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da Companhia com a assistência médica foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

Premissas atuariais	31/12/2025	31/12/2024
Duration dos benefícios (anos)	10,89	11,20
NTN-B (vencimento)	2060	2060
Taxa indicativa da NTN-B	7,18%	7,46%
Taxa real anual de juros (desc. a valor presente)	7,18%	7,46%
Inflação anual futura estimada	3,10%	3,50%
Taxa nominal anual de juros	10,51%	11,22%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging Factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	2,55%	2,55%
Taxa de Permanência no Desligamento	30,34%	30,34%
Taxa de Permanência na Aposentadoria	65,35%	65,35%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss-desagrav.20%	Winklevoss-desagrav. 20%
Composição Familiar	Familia Real	Família Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

Reconciliação do Passivo Reconhecido	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	12.274	13.942
Despesas/(Receitas) reconhecidas no fim do período	1.559	1.297
(Ganhos)/Perdas reconhecido no ORA	603	(2.479)
Contribuições do empregador	(231)	(486)
Passivo no fim do período	14.205	12.274

15.3.2 Complementação de Aposentadoria

Ao se aposentar, os empregados admitidos até 04/06/1965 passaram a receber da Companhia benefício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre

(a) o valor do salário base, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e

(b) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente 140 ex-empregados usufruem o benefício não extensivo aos dependentes. Não há funcionários na ativa que preenchem os requisitos de direito ao benefício.

Premissas atuariais	31/12/2025	31/12/2024
Duration dos benefícios (anos)	3,71	4,04
Fator de capacidade	100%	100%
Taxa real anual de juros (desc. a valor presente)	7,77%	7,86%
Taxa de inflação de longo prazo	3,10%	3,50%
Taxa real anual de crescimento dos benefícios	0,00%	0,00%
Taxa nominal anual de juros	11,11%	11,63%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)

Conciliação da obrigação do benefício definido	31/12/2025	31/12/2024
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	41.737	47.683
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	4.719	3.898
4. Benefícios pagos	(7.705)	(7.237)
5. (Ganho) perda atuarial - Resultados Abrangentes	2.951	5.893
5.1 (Ganho) perda atuarial - mudança de premissas	148	(4.374)
5.2 (Ganho) perda atuarial - ajuste de experiência	2.803	10.267
6. Custo do serviço na alteração ou redução do plano	-	(8.500)
7. Obrigação de benefício definido no final do exercício	41.702	41.737

16. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Nacionais	33.288	33.522
Fornecedores – Provisão	6.184	1.349
Total	39.472	34.871

Prática contábil:

Contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente mensurado ao custo amortizado. Para os serviços executados e ainda não faturados são efetuados os provisionamentos.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social	26.812	-
Contribuição financiamento seguridade social – COFINS ⁽¹⁾	28.853	15.795
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	8.418	8.016
Programa de integração social – PIS ⁽¹⁾	6.169	3.376
Imposto sobre serviços – ISS	2.697	1.897
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	3.739	1.369
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	367	254
Retenção para seguridade social – INSS	1.557	787
Total	78.612	31.494

⁽¹⁾ A variação observada em relação ao exercício de 2024 é explicada, substancialmente, pelo aumento das receitas decorrentes da reversão de bens associados a contratos de arrendamento, conforme detalhado na Nota 12(b)(1) e apresentado na Nota 29.

18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIO

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme descrito a seguir:

- Sítio de Cais:** plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- Sítio de Retro área:** plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

Prática contábil: Registro contábil da obra com a contrapartida em Ativo Imobilizado pelo valor comprovado pelo arrendatário, limitado ao valor previsto contratualmente, e mensurado ao custo amortizado.

Arrendatário	31/12/2024	Atualização	Pagamentos	31/12/2025
Brasil Terminal Portuário				
Contrato: 24/2001 (Correção IPCA)	52.383	1.386	(25.352)	28.417
Total	52.383	1.386	(25.352)	28.417
Circulante	25.144			26.231
Não Circulante	27.239			2.186

19. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das operações. A Administração, baseada na opinião do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como, que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

19.1 Processos judiciais provisionados:

• Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, a natureza das principais demandas são:

a) ações individuais e/ou coletivas de revisão da metodologia de cálculo do benefício pós emprego referente a complementação de aposentadoria; **b)** intervalo inter ou intrajornada; **c)** adicional de risco; **d)** diferença no cálculo e/ou indenização pela supressão das horas extras; **e)** alteração de divisor de horas extraordinárias e adicional noturno.

• Provisão cível

Refere-se basicamente a atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços. O quadro abaixo, demonstra a movimentação no período:

Movimentação das Provisões	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2024	165.138	169.224	334.362
(+) Adições	60.379	169.541	229.920
(-) Reversões e baixas	(133.661)	(101.032)	(234.693)
Saldo em 31/12/2025	91.856	237.733	329.589
Circulante	39.754	24.929	64.683
Não Circulante	52.102	212.804	264.906

19.2 Processos judiciais não provisionados.

A Companhia divulga a contingência em circunstâncias em que a administração conclui que nenhuma perda é provável ou possa ser razoavelmente estimada, mas é possível que uma perda seja incorrida.

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Processos Trabalhistas	140.502	134.907
Processos Cíveis ⁽¹⁾	1.491.557	4.673.657
Total	1.632.059	4.808.564

⁽¹⁾ Nas contingências cíveis, classificadas como perda possível pelo Departamento Jurídico, no montante de R\$ 1.491.557 (R\$ 4.673.657 em 31/12/2024), destacamos os mais relevantes, que representam 96,47% do total (98,46% em 31/12/2024). A diferença de valores e percentuais entre os anos se deve ao fato do Acordo com o Portus e a extinção de todos os processos.

Reclamante	Foro	31/12/2025	31/12/2024
Consórcio Draga Brasil ⁽¹⁾	Distrito Federal	456.051	404.613
Ministério Público Federal ⁽²⁾	Santos	240.158	213.071
Rodrimar S/A Transportes ⁽³⁾	Santos	28.718	-
Megara Empr. e Participações ⁽⁴⁾	Seção Judiciária- DF	714.006	-
PORTUS - Instituto de Seguridade Social ⁽⁵⁾	Rio de Janeiro	-	3.984.116
Subtotal		1.438.933	4.601.800
Demais Processos		52.624	71.857
Total		1.491.557	4.673.657

⁽¹⁾ **Consórcio Draga Brasil** – Processo o contra a União e a Companhia, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro referente ao contrato administrativo Nº 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente-anuente.

⁽²⁾ **Ministério Público Federal** - Ação civil pública proposta contra a Companhia e demais réus, em razão de supostos danos ao meio ambiente e população, decorrentes da exposição ao Sulfeto de Hidrogênio, proveniente da atividade de descarregamento de enxofre no Terminal Marítimo do Guarujá - TERMAG, em 01/06/2007. A Companhia entrou com embargos de declaração contra o Acórdão do TRF3, os quais ainda não foram julgados.

⁽³⁾ **Rodrimar S/A Transportes** - Ação declaratória, cumulada com pedido de repetição de indébito, prestação de serviço, suspensão das disposições contratuais referentes ao contrato DP 12/93, inexistência dos valores cobrados relativos a Movimentação Mínima Contratual – MMC.

⁽⁴⁾ **Megara Empreendimentos e Participações** – Ação indenizatória reclassificada para possível, em função da anulação das sentenças de improcedência das ações anulatórias e determinação de realização de perícia.

⁽⁵⁾ **Instituto de Seguridade Social- PORTUS** - Em 28/02/2025 foi celebrado com a APS o Termo de composição e ajuste da dívida com a extinção dos processos judiciais abaixo:

Processo	Distribuição	Natureza
0011858-68.2014.4.02.5101	8ª Vara Federal	Contribuições
5075863-04.2020.4.02.5101	23ª Vara Federal	Contribuições
0506373-93.2015.4.02.5101	17ª Vara Federal	Reserva de Tempo Serviço

O Acordo foi precedido de negociação envolvendo Ministério de Portos e Aeroportos, Advocacia Geral da União, Instituto de Seguridade Social - PORTUS e Patrocinadoras com posterior assinatura de Termo de Conciliação na Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal, para um acordo financeiro com atribuição de valor distinto para cada patrocinadora em função dos

valores reivindicados pelo PORTUS nas respectivas ações propostas contra cada uma das patrocinadoras.

Para a APS o valor atribuído no acordo e termo de composição de dívida foi de R\$ 330.469 (base: março/2025), com a respectiva extinção dos processos judiciais propostos pelo PORTUS e acima referenciados. Em função do acordo, a expectativa de perda possível de R\$ 3.984.116 relativa aos processos judiciais deixou de compor os valores contingentes.

Prática contábil:

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e será revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é considerada certa.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

20. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA –TAC

	31/12/2025	31/12/2024
TAC – Ponta da Praia ⁽¹⁾	27.943	26.299
TAC – Valongo-Paquetá ⁽²⁾	41.378	47.498
Total	69.321	73.797
Circulante	22.566	22.756
Não Circulante	46.755	51.041

⁽¹⁾ **TAC - Proteção e Prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia** – Ação civil pública nº 0004665-36.2015.6104 proposta pelo Ministério Público Federal contra a Companhia, União Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com vistas a “evitar que persista e aumente a acelerada erosão constatada na Ponta da Praia de Santos após o início, em fevereiro de 2010, da operação de dragagem de aprofundamento e alargamento do canal do Porto de Santos”.

Conforme entendimento defendido pelo Ministério Público Federal a referida dragagem alterou a morfologia de fundo do canal do Porto, tornando-o mais profundo e mais largo, resultando na modificação da hidrodinâmica local, com a entrada pelo canal de navegação de correntes e ondas maiores e mais velozes, impactando a faixa de areia da Ponta da Praia.

A Companhia assumiu compromisso, através de Termo de Ajustamento de Conduta, de adotar medidas para viabilizar a expansão do Projeto-Piloto conduzido pela Prefeitura Municipal de Santos e Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP para a redução da energia das ondas e recuperação, mitigação, proteção e prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia de Santos. Os valores são corrigidos mensalmente pelo INCC.

(2) **TAC - Recuperação e preservação da área Valongo-Paquetá** - Conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com força de título executivo extrajudicial, firmado entre as partes: Ministério Público do Estado de São Paulo, Município de Santos, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos e Autoridade Portuária de Santos, a Companhia tem as seguintes obrigações:

- Adotar medidas emergenciais para manutenção da integridade dos bens de interesse cultural e desaceleração do processo de arruinação por exposição a intempéries, referente a estabilização estrutural dos Armazéns 1, 2, 3 e 4;
- Providenciar as várias intervenções previstas na área entre o Armazém 1 e 12A;
- Adotar as medidas compensatórias: a) destinação do Armazém 4 para uso cultural, gastronômico, turístico e atividades afins, sob gestão da Prefeitura Municipal de Santos; b) construção e destinação à Prefeitura de Santos, para sua futura gestão, de praça pública entre as Casas de Pedra I e II; c) destinação da Casa de Pedra II e do Armazém 7 para uso tecnológico, educacional, pesquisa e atividades afins, sob gestão da Companhia.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de Tarifa Portuária ⁽¹⁾	10.037	13.281
Cauções de garantias ⁽²⁾	13.394	10.884
Obrigações Porto de Itajaí ⁽³⁾	11.589	-
Demais obrigações	5.065	1.284
Total	40.085	25.449
Circulante	35.551	25.449
Não circulante	4.534	-

⁽¹⁾ O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

⁽²⁾ Para garantia das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente.

⁽³⁾ Indenização a pagar referente a áreas desapropriadas para expansão do Porto de Itajaí, R\$ 5.500, obrigações processuais cíveis e trabalhistas, R\$ 4.241, e valores a devolver referente ao ISS, R\$ 1.848, conforme da Antaq.

22. RECEITA DIFERIDA

No período findo em 31/12/2025 foi reconhecido à receita a importância de R\$ 62.919 (R\$ 62.919 em 31/12/2024), conforme demonstrado a seguir:

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2024	Apropriações	Saldo em 31/12/2025
Petróleo Brasileiro S/A	300	257	500.563	(22.329)	478.234
Brasil Terminal Portuário ⁽¹⁾	240	240	355.212	-	355.212
Bracell SP Celulose	300	242	215.900	(10.200)	205.700
Eldorado Brasil S/A	300	241	210.833	(10.000)	200.833
Cargill Agrícola S/A	300	108	109.772	(10.977)	98.795
Term. Veículos de Santos	300	108	87.514	(8.753)	78.761
Cofco International	300	260	9.067	(400)	8.667
Banco Bradesco S/A	60	4	347	(260)	87
Total			1.489.208	(62.919)	1.426.289
Circulante			62.919		62.745
Não circulante			1.426.289		1.363.544

- ⁽¹⁾ Em 15/12/2023 foi celebrado entre a Companhia e a Brasil Terminal Portuário o oitavo termo aditivo ao contrato DP/24.2001, que trata da prorrogação antecipada do contrato de arrendamento por 20 (vinte) anos contados de 22/01/2027 a 21/01/2047.

Prática contábil:

Os contratos de arrendamentos assinados com a Companhia compreendem montantes de outorgas ofertadas nos leilões e são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pela arrendatária e a data de vencimento do contrato de arrendamento.

23. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros e respectiva classificação estão abaixo:

Ativos financeiros	Notas	Custo amortizado	
		31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.873.384	3.334.438
Contas a receber	6	124.252	65.532
Direitos contratuais de arrendamento – Outorgas	7	213.850	177.172
Total circulante		4.211.486	3.577.142
Não circulante			
Direitos contratuais de arrendamento – Outorgas	7	108.057	329.255
Depósitos judiciais	10	92.034	157.962
Total não circulante		200.091	487.217
Total dos ativos financeiros		4.411.577	4.064.359
Passivos financeiros			
Circulante			
Fornecedores	16	39.472	34.871
Passivo com fundo de pensão	(i)	67.854	46.664
Passivo contratual de arrendamento	18	26.231	25.144
Total circulante		133.557	106.679
Não circulante			
Passivo com fundo de pensão	(i)	695.506	439.423
Passivo contratual de arrendamento	18	2.186	27.239
Total não circulante		697.692	466.662
Total dos passivos financeiros		831.249	573.341

(i) vide notas explicativas 15.2.1.1 e 15.2.1.2

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25/04/2025, foi deliberado aumentar o capital social para R\$ 1.390.448 (R\$ 1.207.276 em 31/12/2024) com a reserva de retenção de lucros e representado por 847.668.310.702 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A

Companhia é uma empresa pública e tem como acionistas a União Federal com 847.668.309.352 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.350 ações (0,00000016%).

24.2. Reserva Legal

Constituída por apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. A reserva somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. O saldo da reserva é de R\$ 154.556 (R\$ 118.325 em 31/12/2024).

24.3 – Dividendos e/ou juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros sobre capital próprio, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser imputados aos dividendos obrigatórios, conforme demonstrado abaixo.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	724.614	844.569
Reserva legal (5%)	(36.231)	(42.228)
Lucro líquido ajustado	688.383	802.341
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	172.096	200.586
- Juros sobre capital próprio	172.096	147.114
- Dividendos complementares	-	53.472

24.4. Reserva de retenção de lucros

A partir do ano calendário de 2022 a empresa passou a limitar a distribuição de dividendos ao mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social, destinando o montante excedente à reserva de retenção de lucros, com a finalidade de viabilizar a realização de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado.

O orçamento de capital para o período de 2026 a 2031 está estimado no montante de R\$ 4.393.337 e contempla a alocação de R\$ 2.927.770 para a construção do túnel imerso para ligação seca Santos-Guarujá, valor que representa 50% do custo total estimado da obra, cabendo os outros 50% ao Governo do Estado de São Paulo. O saldo da reserva de retenção de lucros em 31/12/2025 totaliza R\$ 1.731.438 (R\$ 1.088.951 em 31/12/2024).

Com o objetivo de assegurar que o montante das reservas de lucros não exceda o valor do capital social, conforme previsto na legislação societária, a Administração submeterá à apreciação, deliberação e homologação da próxima Assembleia Geral Ordinária a proposta de capitalização do valor excedente, de forma a manter as disponibilidades financeiras compatíveis com os investimentos previstos no orçamento de capital, que contempla a obra de construção do túnel imerso para a ligação seca Santos-Guarujá.

24.5. Outros resultados abrangentes

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefícios pós emprego resultantes de ajustes de experiência e os efeitos de novas premissas atuariais com revisão trimestral efetuada por empresa de consultoria atuarial (vide Nota 15.2). A composição do saldo, segue abaixo:

Demonstração do saldo por natureza dos benefícios	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	286.085	108.810
Ganho (perda) atuarial - plano de pensão benefício definido ⁽¹⁾	(388.737)	180.689
Ganho (perda) atuarial - plano de saúde	(603)	2.479
Ganho (perda) atuarial - complementação de aposentadorias	(2.951)	(5.893)
Saldo final	(106.206)	286.085

⁽¹⁾A variação no período é decorrente da assinatura com o fundo de pensão do termo de composição e ajuste de dívida - TCD, conforme nota explicativa 15.2.1.2, e o retorno de benefícios suprimidos no acordo de 2020 com os assistidos no plano de pensão.

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido	724.614	844.569
Número de ações (em milhares) - média ponderada	847.668.310	847.668.310
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	0,85	1,00

26. RECEITA LÍQUIDA

Receitas tarifárias	31/12/2025	31/12/2024
- Utilização da infraestrutura portuária	679.904	562.441
- Utilização da infraestrutura terrestre	273.269	214.076
- Acostagem	95.192	94.254
- Fornecimento de energia	22.973	23.260
- Outras receitas	26.774	21.956
Total Receitas Tarifárias	1.098.112	915.987
Receitas de arrendamento (Nota 26.3)	1.092.260	948.736
Receita Bruta	2.190.372	1.864.723
- Imposto sobre serviços – ISS	(50.565)	(43.876)
- Imposto circulação de mercadorias -ICMS	(4.135)	(4.187)
- Programa de integração social – PIS	(36.073)	(30.699)
- Contribuição de financiamento seg. social - COFINS	(166.154)	(141.401)
Receita Líquida	1.933.445	1.644.560

26.1 Classificação das receitas tarifárias:

- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário: Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente;
- Utilização da Infraestrutura terrestre: Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao “condomínio” (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais);
- Acostagem: Remunera a utilização da infraestrutura de cais, píeres e pontes de atracação, bem como as instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto,

energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias;

- Serviços Gerais: A Companhia fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertioga e de outros serviços complementares.

26.2. Tributos sobre as receitas:

As receitas tarifárias, de arrendamento de áreas e fornecimento de energia elétrica estão sujeitas à incidência do PIS – Programa de Integração Social e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade. Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS - Imposto sobre Serviços à alíquota de 5%, recolhido aos municípios onde são prestados os serviços (Santos e Guarujá). As receitas auferidas com o fornecimento de energia elétrica estão sujeitas, além do PIS e COFINS, à incidência de ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias, calculado pela alíquota de 18%.

26.3 Receitas de Arrendamento

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela Companhia estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site <https://www.portodesantos.com.br/informacao/licitacoes-e-contratos/contratos/>. Os principais contratos são:

ARRENDATÁRIO	31/12/2025	31/12/2024
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras	163.610	151.361
Santos Brasil Participações S/A	106.167	102.701
TEC - Terminal Export. Cofco Ltda	96.871	63.485
Brasil Terminal Portuário S/A	95.601	85.532
TES - Terminal Export. de Santos S/A	68.888	62.242
TEG - Terminal Exportador do Guarujá	52.072	52.157
Cli Sul S/A	47.234	41.045
Seara Operações Portuárias SA	47.198	-
Hidrovias do Brasil Adm Portuária	28.599	26.679
Ecoporto Santos S/A	28.055	20.728
Adm do Brasil Ltda	26.670	28.082
Concais S/A	26.012	22.823
AGEO Terminais e Armazéns Gerais S/A	24.398	23.715
T Grão Cargo Terminal de Graneis S/A	21.108	18.090
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	20.571	20.158
Terminal de Graneis do Guarujá S/A	19.496	18.666
Bunge Alimentos S/A	15.574	15.179
Fibria Term. de Celulose de Santos S/A	11.881	12.372
Movecta S.A.	11.800	11.263
Vopak Brasil S/A (Alemoa)	10.698	11.542
Subtotal	922.503	787.820
Demais contratos	107.098	98.257
Apropriação da receita diferida	62.659	62.659
Receita de arrendamentos - Nota 26	1.092.260	948.736

Prática Contábil:

As receitas são reconhecidas quando o controle do bem ou serviço é transferido ao cliente e neste momento, a companhia satisfaz à obrigação de performance.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente: (i) produto ou serviço (ou grupo de produtos ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de produtos ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual a companhia espera ter direito em troca das transferências dos produtos ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. As receitas têm como base a tabela tarifária e dos preços declarados nos contratos dos arrendamentos com clientes.

27. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	147.570	135.388
Encargos sociais	45.077	41.432
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	233.696	192.976
Depreciação e amortização	65.041	51.351
Aluguéis	15.194	8.760
Utilidades, serviços e materiais	5.846	8.020
Total	512.424	437.927

⁽¹⁾ O custo do serviço de dragagem apropriado foi R\$ 108.881 referente ao porto de Itajaí e R\$ 62.930 referente ao porto de Santos (R\$ 86.452 em 2024, referente ao porto de Santos).

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	85.358	69.514
Encargos sociais	24.561	20.332
Serviços de Terceiros	20.614	10.801
Aluguéis	2.973	1.504
Utilidades e serviços e materiais	26.175	16.049
Impostos, taxas e contribuições	1.458	1.184
Constituição(reversão) prov. e demandas judiciais ⁽¹⁾	339.257	101.444
Termo Confissão de dívida-plano de pensão	330.469	-
Órgãos Colegiados	6.009	5.716
Convênio Operacional 001/2025 – Prefeitura de Itajaí	31.161	-
Outras	14.232	5.787
Total	882.267	232.331

⁽¹⁾ Inclui o montante de R\$ 201,8 milhões correspondente aos honorários advocatícios relacionados aos processos do Instituto Portus informados na Nota 19.2.

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
Reversibilidade Bens - Contrato Arrendamento	257.562	125.333
Indenizações e recuperações de créditos	1.923	4.896
Cessão do direito operacional	260	260
Outras	2.829	2.424
Total	262.574	132.913

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
Termo de ajustamento e conduta – TAC ⁽¹⁾	4.380	4.453
Desapropriação – Parque da Montanha ⁽²⁾	12.478	10.590
Perda(ganho) atuarial benefício pós emprego ⁽³⁾	(37.934)	17.967
Plano de desligamento incentivado - PIDV	23.132	-
Constituição (reversão) créditos de liquidação duvidosa	3.130	4.932
PIS/COFINS sobre outras receitas	24.242	12.078
Outras	12.687	1.150
Total	42.115	51.170

⁽¹⁾ Vide Nota explicativa nº 20;

⁽²⁾ Refere-se ao pagamento da segunda parcela correspondente ao Convênio nº 03/2021 celebrado entre a empresa e a Prefeitura de Guarujá, visando realocar as famílias residentes na área denominada “Complexo da Prainha”, situada dentre do Porto Organizado, para o empreendimento “Parque da Montanha”, que consiste na construção de 649 unidades habitacionais.

⁽³⁾ Perda (ganho) atuarial com Plano de Pensão (Benefício Definido), Plano de Assistência à Saúde e Complementação de Aposentadoria, decorrente da contabilização da variação nos cálculos atuariais conforme notas explicativas nº 15.2.1 e 15.3.

31. RESULTADO FINANCEIRO

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	494.487	261.703
Juros e variação monetária	25.067	38.750
Outras	9.373	10.111
Receitas Financeiras Totais	528.927	310.564
Despesas Financeiras		
Juros sobre TCF – Plano de pensão	(56.463)	(46.135)
Juros pagos ou incorridos	(14.124)	(5.258)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(24.659)	(14.442)
Variação monetária	(1.850)	(2.781)
Despesas Financeiras Totais	(97.096)	(68.616)
Resultado Financeiro líquido	431.831	241.948

Prática contábil: As políticas contábeis adotadas nos itens relevantes do resultado financeiro estão inseridas nas notas explicativas “5. Caixa e equivalentes de caixa”, “7. Direitos contratuais de arrendamentos - outorgas”; “15.2.1.1 e 15.2.1.2 - Plano de pensão”.

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Os tributos sobre o lucro são calculados na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração as incertezas nos tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo revisado anualmente.

32.1. Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

31/12/2025

Natureza	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista ⁽¹⁾	91.766	22.942	8.259	31.201
Provisão Cível ⁽¹⁾	229.805	57.451	20.682	78.133
Perdas crédito liquidação duvidosa	27.968	6.992	2.517	9.509
Provisão - Fornecedores	922	231	83	314
Impairment - Imobilizado	4.394	1.099	395	1.494
Termo de ajustamento de conduta	69.321	17.330	6.239	23.569
Provisão Devolução de Valores	3.094	774	278	1.052
Total	427.270	106.819	38.453	145.272

⁽¹⁾ Não considera as provisões referentes a Filial APS Itajaí, motivo da diferença em relação a nota 19.1

31/12/2024

Natureza	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	165.138	41.284	14.862	56.146
Provisão Cível	108.192	27.048	9.737	36.785
Perdas crédito liquidação duvidosa	25.475	6.369	2.293	8.662
Provisão Fornecedores	1.349	337	121	458
Impairment – Imobilizado	5.254	1.314	473	1.787
Termo de ajustamento de conduta	73.798	18.450	6.642	25.092
Total	379.206	94.802	34.128	128.930

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo:

Ano	R\$
2026	93.815
2027	30.649
2028	16.485
2029	4.323
Total	145.272

32.2. Conciliação da taxa do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

CONCILIAÇÃO DE TAXA	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.147.712	1.247.069
Alíquota do IRPJ e CSLL (34%)	(390.222)	(424.003)
(Adições) e exclusões permanentes	Base 2025	
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	172.512	58.654
Lucro não tributado pelo adicional	240	24
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(18.528)	(6.300)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(1.483)	(133)
Acordo financeiro - Fundo de Pensão	(330.469)	(112.360)
Reversão de Provisão - Fundo de Pensão	61.032	20.751
Reversão de Provisão – Fornecedor	53.046	18.036
Desapropriação – Convênio Prefeitura Guarujá	(12.478)	(4.243)
Diárias	(5.471)	(1.860)
Doações	(6.608)	(2.247)
Outras adições permanentes	(9.406)	(3.198)
Total dos Ajustes	(32.876)	21.503
Total (adições) exclusões permanentes	(423.098)	(402.500)
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de Renda e contribuição social correntes	(439.440)	(362.951)
Imposto de renda corrente	(323.013)	(266.434)
Contribuição social corrente	(116.427)	(96.517)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.342	(39.549)
Imposto de renda diferido	12.016	(29.395)
Contribuição social diferida	4.326	(10.154)
TOTAL	(423.098)	(402.500)
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro	36,86%	32,28%

⁽¹⁾ Do montante total, o valor de R\$ 172.096 refere-se a juros sobre capital próprio.

Prática contábil:

A companhia apura os tributos sobre o lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes ao final do período que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais em relação às situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita a interpretação e, quando apropriado,

reconhece provisões com base nos valores que espera serem pagos às autoridades fiscais. Os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, em função de que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O reconhecimento do crédito fiscal diferido ativo é calculado sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, as bases negativas da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, e respectivas realizações, estão suportados por projeções de resultados tributáveis e são revisados a cada encerramento de exercício.

33. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2025) pagas pela Companhia aos seus administradores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios, foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	<u>em reais</u>
- Maior remuneração	57.445,59
- Menor remuneração	45.807,57
- Remuneração média ⁽¹⁾	50.510,28
<u>EMPREGADOS</u>	
- Maior remuneração	55.347,45
- Menor remuneração	2.998,38
- Remuneração média	16.934,58
- Valor médio dos benefícios	2.566,39

⁽¹⁾ A remuneração dos administradores apresentada nesta nota é referente ao mês de dezembro/2025 e difere da remuneração média apresentada na nota 9, a qual considera a soma de todos os meses do ano, incluindo a remuneração variável (RVA) e gratificações pagas ao longo do ano.

Na composição dos benefícios oferecidos estão inclusos: seguro de vida, auxílios moradia (exclusivo para administradores), alimentação, transporte e creche, plano de saúde e previdência privada.

Número de empregados	
Em 31/12/2024	806
(+) Admissões	300
(-) Desligamentos	104
Em 31/12/2025	1.002

34. EVENTO SUBSEQUENTE

a) Assinatura do contrato de Parceria Público-Privada (PPP) – Túnel Imerso Santos–Guarujá

Em 28 de janeiro de 2026 foi assinado o contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para a construção, operação e manutenção do Túnel Imerso Santos–Guarujá, formalizando a parceria entre o Poder Público e o grupo português Mota-Engil, vencedor do leilão realizado em 2025.

O projeto contempla a construção do primeiro túnel imerso do Brasil, com cerca de 870 metros de extensão, três faixas de rolamento por sentido e infraestrutura para circulação de pedestres e ciclistas. O cronograma indicativo prevê início das obras em 2027, fabricação dos módulos em 2028 e etapa de imersão a partir de 2029.

O financiamento da obra será realizado pelo Governo Federal, por intermédio da Autoridade Portuária de Santos S/A, e pelo Governo do Estado de São Paulo, os quais se comprometeram a aportar o montante de R\$ 5,14 bilhões (base: março/2025), correspondendo a R\$ 2,57 bilhões a responsabilidade de cada ente. O valor complementar do investimento será integralmente suportado pelo consórcio vencedor da licitação. O investimento total estimado para a execução do projeto é de R\$ 6,8 bilhões (base: março/2025). Concluída a fase da obra, o consórcio vencedor assumirá a operação, manutenção e conservação do túnel pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do contrato de concessão. Nos termos do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Autoridade Portuária de Santos S/A mantinha registrado, em 31 de dezembro de 2025, no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o montante de R\$ 1,7 bilhão destinado, principalmente, a suportar os futuros registros contábeis decorrentes da responsabilidade financeira, atribuída no âmbito do projeto ao Governo Federal, acionista com participação de 99,9999% no capital da APS.

b) Ampliação da Poligonal do Porto Organizado de Santos

Em 09 de fevereiro de 2026, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou a Portaria GM - MPor nº 5, que revisa a área do Porto Organizado de Santos. Além de fortalecer a relação porto-cidade, a medida amplia em 17,2 milhões de m² a área do Porto de Santos, sendo 4,8 milhões de m² de áreas terrestres e 12,4 milhões m² de áreas aquáticas. As inclusões abrangem áreas localizadas na região do Caneu, no bairro Monte Cabrão, na Alemoa, à montante das áreas SSZ49, na área adjacente ao terminal STS08A, e a atualização das áreas de fundeio de embarcações decorrentes de ajustes promovidos pela Marinha do Brasil.

A poligonal define os limites físicos e administrativos do porto organizado, delimitando as áreas sob sua jurisdição. A redefinição do seu desenho, solicitada pela APS e deliberada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), tem como objetivo conduzir um planejamento portuário mais eficiente e assertivo, alinhado às diretrizes de eficiência operacional e de integração porto-cidade. A ampliação busca incorporar novas áreas estratégicas, garantindo maior segurança jurídica, melhor ordenamento territorial e capacidade de resposta ao crescimento da demanda portuária.

Benefícios:

As ampliações trazem diversos benefícios para a região, como a viabilização da implantação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e de novas infraestruturas, preferencialmente em áreas livres (greenfield), voltadas ao desenvolvimento de atividades retroportuárias, de apoio portuário e logístico. Também permitem a expansão das atividades da APS no segmento de granéis líquidos, além

de assegurar espaço navegável em frente ao berço AL05, viabilizando a dragagem de manutenção sob responsabilidade da Autoridade Portuária.

ANDERSON POMINI:19390612888
Assinado de forma digital por ANDERSON POMINI:19390612888
Dados: 2026.03.05 14:16:24 -03'00'

ANDERSON POMINI
Diretor Presidente
Diretor de Infraestrutura Interino

JULIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA:45030685715
Assinado de forma digital por JULIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA:45030685715
Dados: 2026.03.03 10:02:28 -03'00'

JULIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA
Diretor de Administração e Finanças

GUSTAVO SALVADOR PEREIRA:04037968908
Assinado de forma digital por GUSTAVO SALVADOR PEREIRA:04037968908
Dados: 2026.03.03 10:36:59 -03'00'

GUSTAVO SALVADOR PEREIRA
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

ORLANDO DE ALMEIDA RAZÕES JUNIOR:26638516809
Assinado de forma digital por ORLANDO DE ALMEIDA RAZÕES JUNIOR:26638516809
Dados: 2026.03.03 11:16:51 -03'00'

ORLANDO DE ALMEIDA RAZÕES JUNIOR
Diretor de Infraestrutura

EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES:07211752874
Assinado de forma digital por EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES:07211752874
Dados: 2026.03.04 15:28:17 -03'00'

EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES
Diretor de Operações

PAULO PINTO FILHO:14416448813
Assinado de forma digital por PAULO PINTO FILHO:14416448813
Dados: 2026.03.03 09:35:08 -03'00'

PAULO PINTO FILHO
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP 177.932/O-7

DECISÃO DIREXE Nº 084.2026

A DIRETORIA EXECUTIVA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. (APS), na sua 2.595ª Reunião Extraordinária, realizada em 02/03/2026, no uso da competência que lhe confere o artigo 63 do Estatuto, **decide**: submeter, para manifestação do COAUD e posterior deliberação do CONSAD e CONFIS, e encaminhamento para aprovação dos acionistas, as demonstrações financeiras com a destinação do lucro líquido do exercício de 2025, no montante de **724.614.173,02** (setecentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e quatorze mil, cento e setenta e três reais e dois centavos), conforme a seguir:

- a) Constituição de Reserva Legal no total de **R\$ 36.230.708,65** (trinta e seis milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e oito reais e sessenta e cinco centavos), representando 5% (cinco por cento) do lucro líquido;
- b) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no total de **R\$ 172.095.866,09** (cento e setenta e dois milhões, noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e nove centavos), correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. O valor será integralmente pago a título de Juros sobre Capital Próprio JCP, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do § 7º do art. 9º da Lei nº 9.249/95;
- c) Retenção de Lucros na importância de **R\$ 516.287.598,28** (quinhentos e dezesseis milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), com a finalidade de atender, parcialmente, às necessidades de recursos estimados do programa plurianual de investimentos, no valor de **R\$ 4.393.337.438,00** (quatro bilhões, trezentos e noventa e três milhões, trezentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais), conforme orçamento de capital da APS para o período de 2026 a 2031.

Nota: Para cumprimento do disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quanto ao limite máximo das reservas de lucros em relação ao montante do capital social, poderá ser submetida, em instrumento específico, proposta de aumento do capital social à deliberação em Assembleia Geral Extraordinária AGE, no montante de

R\$ 247.772.841,92 (duzentos e quarenta e sete milhões, setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos), tendo como contrapartida a conta de Retenção de Lucros.

d) Aprovação de orçamento de capital plurianual, com recursos próprios, para os exercícios de 2026 a 2031, com valor estimado de **R\$ 4.393.337.438** (quatro bilhões, trezentos e noventa e três milhões, trezentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais).

Demonstração da destinação do lucro líquido de 2025

	em reais
Lucro líquido do exercício	724.614.173,02
(-) Reserva legal (5%)	(36.230.708,65)
Lucro líquido ajustado a ser distribuído:	688.383.464,37
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	172.095.866,09
- Juros sobre capital próprio – JCP	172.095.866,09
Reserva de Retenção de Lucros	516.287.598,28

Documento Virtual Protocolado nº 0000002547/2026.

ANDERSON
POMINI:193906
12888

Assinado de forma digital
por ANDERSON
POMINI:19390612888
Dados: 2026.03.03
17:09:05 -03'00'

Anderson Pomini
Presidente da APS
Presidente da Mesa

MANIFESTAÇÃO COAUD/04.2026

O COMITÊ DE AUDITORIA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A., órgão de suporte e assessoramento do Conselho de Administração, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias apresenta, nesta Manifestação a análise relativa às Demonstrações Financeiras da Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS), acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes (Audimec Auditores Independentes), referentes ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2025, conforme determina o art. 38, §1º, inciso III do Decreto 8.945/16, o art. 79 e o art. 90 inciso III do Estatuto Social da APS, e o art. 8 do Regimento Interno do COAUD.

Assim, CONSIDERANDO:

- a) as informações contidas no Documento virtual nº 2547/2026;
- b) as análises, as discussões e os resultados das suas atividades de supervisão e monitoramento, ao longo de 2025 e início de 2026, que estão registrados nas atas de suas reuniões;
- c) as informações disponibilizadas pelas Gerências do Jurídico Trabalhistas e Cível e/ou pelo Superintendente Jurídico da APS, nas reuniões em que foram discutidos os critérios utilizados para mensuração de ativos e passivos contingentes, provisões e depósitos judiciais;
- d) as informações recebidas nas reuniões realizadas com a Gerência de Contabilidade e/ou com a Superintendência de Administração e Finanças ao longo do exercício de 2025 e início de 2026, em que foram discutidos diversos temas contábeis-financeiros;
- e) os relatórios atuariais da Ernst & Young Serviços Atuariais SS Ltda., que fundamentaram o reconhecimento e a mensuração dos Benefícios Pós emprego nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2025;
- f) as informações e esclarecimentos da Audimec Auditores Independentes presencialmente na reunião;
- g) o Relatório de Auditoria, emitido sem ressalvas pela Audimec Auditores Independentes, em 26 de fevereiro de 2026, com o parecer que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os



aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – APS, em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

h) as ênfases da Audimec Auditores Independentes, que efetuiu 4 ênfases em seu Relatório, em relação aos assuntos: **1. Convênio de Descentralização; 2. Nova Tabela Tarifária; 3. Contratos de arrendamento – Reequilíbrios Econômico-financeiro; 4. Projeto Túnel Imerso Santos-Guarujá, Eventos Subsequentes;**

i) a Nota Técnica GECON 02/2026, de 26 de fevereiro de 2026;

j) a Decisão DIREXE nº 084.2026, de 02 de março de 2026.

k) o discutido e deliberado na 186ª Reunião Plenária Ordinária do COAUD, ocorrida em 10 de março de 2026;

O COMITÊ, considerando as limitações do seu escopo de atuação, **não vê óbice ao encaminhamento da matéria para apreciação pelo CONSAD**, das Demonstrações Contábeis do exercício de 2025, com a destinação do lucro líquido do exercício de 2025, no montante de 724.614.173,02 (setecentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e quatorze mil, cento e setenta e três reais e dois centavos), conforme a seguir:

a) Constituição de Reserva Legal no total de R\$ 36.230.708,65 (trinta e seis milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e oito reais e sessenta e cinco centavos), representando 5% (cinco por cento) do lucro líquido;

b) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no total de R\$ 172.095.866,09 (cento e setenta e dois milhões, noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e nove centavos), correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. O valor será integralmente pago a título de Juros sobre Capital Próprio JCP, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do § 7º do art. 9º da Lei nº 9.249/95;

c) Retenção de Lucros na importância de R\$ 516.287.598,28 (quinhentos e dezesseis milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), com a finalidade de atender, parcialmente, às necessidades de recursos estimados do programa plurianual de investimentos, no valor de R\$ 4.393.337.438,00 (quatro bilhões, trezentos e noventa e três milhões, trezentos e trinta



e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais), conforme orçamento de capital da APS para o período de 2026 a 2031.

Nota: Para cumprimento do disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quanto ao limite máximo das reservas de lucros em relação ao montante do capital social, poderá ser submetida, em instrumento específico, proposta de aumento do capital social à deliberação em Assembleia Geral Extraordinária AGE, no montante de R\$ 247.772.841,92 (duzentos e quarenta e sete milhões, setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos), tendo como contrapartida a conta de Retenção de Lucros.

Aprovação de orçamento de capital plurianual, com recursos próprios, para os exercícios de 2026 a 2031, com valor estimado de R\$ 4.393.337.438 (quatro bilhões, trezentos e noventa e três milhões, trezentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais).

Demonstração da destinação do lucro líquido de 2025

	em reais
Lucro líquido do exercício	724.614.173,02
(-) Reserva legal (5%)	(36.230.708,65)
Lucro líquido ajustado a ser distribuído:	688.383.464,37
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	172.095.866,09
- Juros sobre capital próprio – JCP	172.095.866,09
Reserva de Retenção de Lucros	516.287.598,28

A presente manifestação foi aprovada, por unanimidade, pelos membros do COAUD, conforme registrado em ata, e vai assinada pela Coordenadora do Comitê.

Santos, 10 de março de 2026.


Isabel Cristina Bittencourt Santiago
Coordenadora

DELIBERAÇÃO Nº 029.2026, DE 11 DE MARÇO DE 2026.

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.**, em sua 739ª Reunião (Extraordinária)
realizada nesta data e no uso da competência que lhe confere o inciso VIII do artigo 48 do
Estatuto Social,

DELIBERA

Aprovar, consubstanciado na Decisão Direxe nº
084.2026, datada de 02/03/2026, bem como na Manifestação Coaud nº 004.2026, datada
de 10/03/2026, as demonstrações financeiras com a destinação do lucro líquido do
exercício de 2025, no montante de **724.614.173,02** (setecentos e vinte e quatro milhões,
seiscentos e quatorze mil, cento e setenta e três reais e dois centavos), conforme a
seguir:

a) Constituição de Reserva Legal no total de **R\$ 36.230.708,65** (trinta e seis milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e oito reais e sessenta e cinco centavos), representando 5% (cinco por cento) do lucro líquido;

b) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no total de **R\$ 172.095.866,09** (cento e setenta e dois milhões, noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e nove centavos), correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. O valor será integralmente pago a título de Juros sobre Capital Próprio JCP, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do § 7º do art. 9º da Lei nº 9.249/95;

c) Retenção de Lucros na importância de **R\$ 516.287.598,28** (quinhentos e dezesseis milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), com a finalidade de atender,

parcialmente, às necessidades de recursos estimados do programa plurianual de investimentos, no valor de **R\$ 4.393.337.438,00** (quatro bilhões, trezentos e noventa e três milhões, trezentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais), conforme orçamento de capital da APS para o período de 2026 a 2031.

d) Aprovação de orçamento de capital plurianual, com recursos próprios, para os exercícios de 2026 a 2031, com valor estimado de **R\$ 4.393.337.438** (quatro bilhões, trezentos e noventa e três milhões, trezentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais). Documento Virtual Protocolado nº 0000002547/2026.

Demonstração da destinação do lucro líquido de 2025

	em reais
Lucro líquido do exercício	724.614.173,02
(-) Reserva legal (5%)	(36.230.708,65)
Lucro líquido ajustado a ser distribuído:	688.383.464,37
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	172.095.866,09
- Juros sobre capital próprio – JCP	172.095.866,09
Reserva de Retenção de Lucros	516.287.598,28

Documento assinado eletronicamente

Carlos Henrique Martins de Lima
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 11/03/2026

Dados do Documento

Tipo de Documento	Deliberação
Referência Contrato	Deliberação nº 029
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	11/03/2026
Validade	11/03/2026 até Indeterminado
Hash Code do Documento	FD6364ECCB1D113B38C1590D6C25E7CFAA9225BD829131F1F4A31D4F737BEC99

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Presidente
Relacionamento	44.837.524/0001-07 - Autoridade Portuária de Santos
Representante	CPF
Carlos Henrique Martins de Lima	247.882.258-08
Ação:	Assinado em 11/03/2026 11:22:06 - Forma de assinatura: Token IP: 200.206.131.11
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 26_3_0 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) EdgiOS/145.0.3800.99 Version/26.0 Mobile/15E148 Safari/604.1
Localização	Não Informada
Tipo de Acesso	Rápido

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **I6MVQ-N5PBV-4IRGS-EWB6W**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

PARECER CONFIS Nº 001.2026

O Conselho Fiscal da Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela APS e apreciados pelo Comitê de Auditoria Estatutário, por meio das Manifestações COAUD nº 004.2026 e nº 005.2026, datadas de 10/03/2026, bem como pelo Conselho de Administração, por meio das Deliberações CONSAD nº 029.2026 e nº 030.2026, datadas de 11/03/2026: **i) Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025;** **ii) Relatório de Administração do Exercício de 2025;**

Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Diretoria de Administração e Finanças e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, emitido sem ressalvas, pela AUDIMEC – Auditores Independentes S/S, datado de 26/02/2026, o Conselho Fiscal manifesta-se favoravelmente a submissão à Assembleia Geral de Acionistas da APS, os seguintes documentos: **1) Balanço Patrimonial e demais demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2025;** **2) Proposta de Destinação de Lucro Líquido 2025 conforme a seguir: a) Constituição de Reserva Legal; b) Distribuição de dividendos; c) Retenção de Lucros; e, 3) Orçamento de Capital Plurianual; 4) Relatório de Administração.**

Santos, 11 de março de 2026.

Documento assinado eletronicamente.

Maristela Gonçalves Leal Vasconcelos
PRESIDENTE

Gabriela Leopoldina Abreu
CONSELHEIRA

Eduardo Lustoza
CONSELHEIRO

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 11/03/2026

Dados do Documento

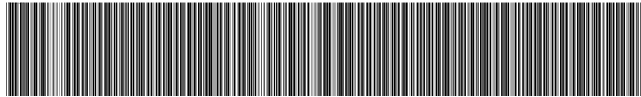
Tipo de Documento: Parecer
Referência Contrato: Pareceres CONFIS nº 01 e 02
Situação: Vigente / Ativo
Data da Criação: 11/03/2026
Validade: 11/03/2026 até Indeterminado
Hash Code do Documento: AFD0E39418C5BC8551B3A7D25101885394A5CCD63B92473FB85BBBD912092A96

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Conselheiro		
Relacionamento	44.837.524/0001-07 - Autoridade Portuária de Santos		
Representante	CPF		
Gabriela Leopoldina Abreu	955.274.781-34		
Ação:	Assinado em 11/03/2026 13:50:21 - Forma de assinatura: Token	IP:	2804:14c:656f:44e4:c5d:eab:1bd4:b42b
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/145.0.0.0 Safari/537.36 Edg/145.0.0.0		
Localização	Latitude: -15.83281499765443 / Longitude: -48.015195424124066		
Tipo de Acesso	Rápido		
Representante	CPF		
Eduardo Lustoza	018.016.698-05		
Ação:	Assinado em 11/03/2026 11:55:24 - Forma de assinatura: Token	IP:	201.71.234.249
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/145.0.0.0 Safari/537.36 Edg/145.0.0.0		
Localização	Latitude: -23.95658162815032 / Longitude: -46.309813570123126		
Tipo de Acesso	Rápido		
Papel (parte)	Presidente		
Relacionamento	44.837.524/0001-07 - Autoridade Portuária de Santos		
Representante	CPF		
Maristela Gonçalves Leal Vasconcelos	108.359.498-26		
Ação:	Assinado em 11/03/2026 11:50:46 - Forma de assinatura: Token	IP:	186.220.97.103
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Macintosh; Intel Mac OS X 10_15_7) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/145.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Rápido		

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **FVELT-QVDNA-LONR1-EZW3E**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.